Levantamento Etnoecológico

MAKU

Terra Indígena Paraná do Boá-Boá

PPTAL Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal

Levantamento Etnoecológico

MAKU

Terra Indígena Paraná do Boá-Boá

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

MINISTRO TARSO GENRO

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI

PRESIDENTE MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA

DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

MARIA AUXILIADORA CRUZ DE SÁ LEÃO

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA

ALOYSIO ANTONIO CASTELO GUAPINDAIA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

CELSO ALBERICI

COORDENAÇÃO TÉCNICA DO PPTAL

WAGNER PEREIRA SENA

Levantamento Etnoecológico

MAKU

Terra Indígena Paraná do Boá-Boá

Organização
FUNAI / PPTAL / GTZ

Brasília, 2008

A Série Estudos é uma publicação FUNAI/PPTAL/GTZ para disseminação de produtos e experiências, resultantes da implementação do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal.

Equipe Técnica PPTAL

Wagner Pereira Sena (Coordenador)
Adreny Costa
Charles Henrique
Elza Freitas
Izabel Gobbi
Juliana Sellani
Luis Nogueira
Lourena Florindo
Maria Guiomar Melo
Rogério Eustáquio de Oliveira
Slowacki de Assis

Equipe da Cooperação Técnica GTZ

Sondra Wentzel (Coordenadora)
Márcia Maria Gramkow
Elisabeth Jucksch Torquato

Edição: FUNAI – Fundação Nacional do Índio / PPTAL – Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal / GTZ – Deutsche Gesellschaft für Technische Zussamenarbeit (GTZ) GmbH

Coordenação de Organização: Márcia Maria Gramkow

Organização de Mapas: Dan Pasca e Charles Henrique

Colaboração de Produção: Izabel Gobbi

Autores: Adolfo de Oliveira (Antropólogo) e Sandra Ayres (Ambientalista)

Organização de Texto do Relatório para Publicação: Rodrigo Pádua Rodrigues Chaves

Catalogação e Revisão de Bibliografia: Cleide Albuquerque Moreira - CRB 1100

Projeto gráfico - Arte final: Agência Grow Up

Realização: Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal – PPTAL

Apoio: KFW Entwicklungsbank – Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH

Copyright © 2008 by FUNAI/PPTAL/GTZ
Proibida a reprodução de partes ou do todo desta obra sem autorização expressa dos editores FUNAI/PPTAL/GTZ.

Dados internacionais de catalogação
Biblioteca “Curt Nimuendaju”

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO; PROJETO INTEGRADO DE PROTEÇÃO ÀS POPULAÇÕES E TERRAS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA LEGAL; COOPERAÇÃO TÉCNICA ALEMÃ – DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR TECHNISCHE ZUSAMMENARBEIT. (Orgs.).
Levantamento Etnoecológico Maku: Terra Indígena Paraná do Boá-Boá / OLIVEIRA, Adolfo de; AYRES, Sandra. – Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ, 2008.
100p. Ilust.

ISBN 978-85-7546-019-1

1. Antropologia Cultural 2. Etnoecologia 3. Índios – Brasil 4. Organização Sociocultural 5. Recursos e Uso Sustentável I. Autor II. Título

CDU 502:572.95(81):333

Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal – PPTAL
Cooperação Técnica Alemã - GTZ
SEPS Qd. 702/902 – Bloco A 3º andar
CEP 70390-025 - Brasília – DF
Telefones (61) 3313.3515 / 3322-8925
www.funai.gov.br – pptal@funai.gov.br – pptal-gtz@funai.gov.br

Agradecimento

Aos Maku da Terra Indígena Paraná do Boá-Boá, que permitiram a realização deste levantamento, contribuindo assim com o diálogo entre os povos.

Sumário

Apresentação dos Levantamentos Etnoecológicos 8

Prefácio 15

Introdução 17

O Complexo Maku 21

Os Ambientes: possibilidades e limitações para o grupo em suas relações socioespaciais 25

O ambiente físico e biótico 27

- Geologia e Geomorfologia e suas implicações na vida da população indígena 27
- As influências do clima 29
- As limitações dos solos 30
- As florestas e a classificação Maku 34
- Fauna: a preferência dos Maku pelos peixes 40

O ambiente social 44

- 'Etnônimo', localização e população 44
- Grupos e subgrupos: regionais, lingüísticos e dialetais 47
- Ocupação territorial: localização, deslocamentos e grandes migrações desde o séc. XVIII 49
- Organização social e política: a aldeia e seus habitantes 53

Uso do território 57

- Usos históricos do território 57
- Uso atual do território – as áreas de uso e ocupação 60

Estado nutricional e segurança alimentar 72

Etnoecologia do Grupo Maku: migração e a mudança de ambiente 75

As migrações recentes 75

As formas de uso cotidiano do ambiente 81

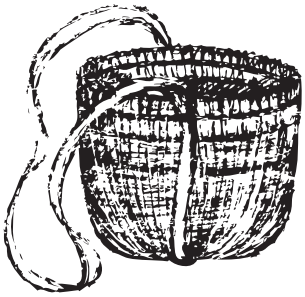
- O cotidiano na Aldeia Jutaí 81
- O cotidiano na Aldeia Jeremias 83

Conclusões: de caçadores a pescadores 93

Referências Bibliográficas 97

Siglas 100

Apresentação dos Levantamentos Etnoecológicos



A série Estudos resulta do trabalho conjunto de diversos técnicos integrantes do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), da Cooperação Técnica Alemã (GTZ), das equipes de estudiosos e especialistas das áreas de conhecimento antropológico, ambiental-ecológico e dos povos indígenas.

Tornar possível essa publicação é contribuir para o diálogo dos povos indígenas, da sociedade em geral com o patrimônio e com o reconhecimento dos direitos constitucionais.

Para realização desses estudos, foi essencial a construção de uma abordagem metodológica orientadora da concepção englobante das perspectivas étnicas e ecológicas dos indígenas, a ser implementada com profissionais que detivessem, além da experiência, formação antropológica e ambiental/ecológica para uma leitura e um trabalho integrado.

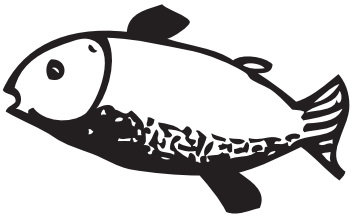
No formato apresentado, a produção é voltada para amplo público, não necessariamente familiarizado com as ciências sociais e ambientais, incluindo-se as comunidades indígenas.

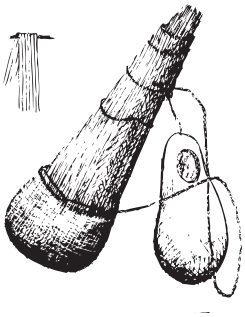
A série iniciada com o resultado de sete levantamentos etnoecológicos, ora publicada pela Fundação Nacional do Índio, apoiada pelo Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal, compreende os estudos realizados no período de 2000 a 2007, organizados em Complexos, abrangendo dezenove (19) Terras Indígenas na Amazônia Legal Brasileira, situadas nos estados do Acre, do Pará e do Amazonas.

O Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo Médio Purus I, que compreendeu as Terras Indígenas Peneri/Tacaquiri, Água Preta/Inari, Catipari/Mamoriá, Seruini/Marienê e Tumiã (Etnia Apurinã), todas situadas no Estado do Amazonas, foi realizado em 2001, sob a responsabilidade de Juliana Schiel (Antropóloga) e de Maira Smith (Ecóloga).

O Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo Médio Purus II, que compreendeu as Terras Indígenas Paumari do Lago Maraã, Paumari do Rio Ituxi (Etnias Paumari e Apurinã) e Jarawara/Jamamadi/Kanamati (Etnias Jarawara e Jamamadi/Kanamati), também situadas no Estado do Amazonas, foi realizado em 2001, sob a responsabilidade de Peter Schröeder (Antropólogo) e de Plácido Costa Júnior (Biólogo).

O Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo Kanamari Biá, que compreendeu as Terras Indígenas Kanamari do Rio Juruá (Etnia Kamamari) e Rio Biá (Etnia Katukina), situadas no Estado do Amazonas, foi realizado em 2000, sob a responsabilidade de Deborah Lima (Antropóloga) e de Victor Py-Daniel (Biólogo).





O Levantamento Etnoecológico Maku compreendeu a Terra Indígena Paraná do Boá-Boá (Etnia Maku), situada no Estado do Amazonas, foi realizado em 2006, sob a responsabilidade de Adolfo de Oliveira (Antropólogo) e de Sandra Ayres (Geógrafa).

O Levantamento Etnoecológico Munduruku compreendeu a Terra Indígena Munduruku (Etnia Munduruku), situada no Estado do Pará, foi realizado em 2006, sob a responsabilidade de Juliana Melo (Antropóloga) e de Rosa Elisa Villanueva (Bióloga).

O Levantamento Etnoecológico do Complexo Bacia do Rio Juruá compreendeu as Terras Indígenas Kaxinawá da Praia do Carapanã (Etnia Kaxinawa), Kampa do Igarapé Primavera (Etnia Ashaninka) e Kulina do Igarapé do Pau (Etnia Kulina), situadas no Estado do Acre, foi realizado em 2006, sob a responsabilidade de Astrid Bant (Antropóloga) e de Marina Pessoa (Ambientalista).

O Levantamento Etnoecológico do Complexo Tefé compreendeu as Terras Indígenas Maraã/ Urubaxi (Etnia Kanamari), Paraná do Paricá (Etnia Kanamari), Cúiu-Cuiú (Etnia Miranha) e Kumarú do Lago Ualá (Etnia Kulina), situadas no Estado do Amazonas, foi realizado em 2006, sob a responsabilidade de Vera Lúcia Oliveira (Antropóloga) e de Carlos Antonio Bezerra Salgado (Ecológo).

A preocupação com a caracterização e a gestão ambiental das terras indígenas brasileiras ganhou destaque na década de 1990. O componente ambiental, que não era requerido nos processos de identificação e demarcação de terras indígenas no Brasil, a partir do 1996, com o Decreto nº 1775/96 e a Portaria nº14, passou a integrar parte dos relatórios de identificação. A partir de então, caracteriza-se as áreas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar da comunidade indígena.

Dado que as terras indígenas demarcadas antes de 1996 não contavam, em sua maioria, com estudos ambientais ou etnoecológicos, em 1998, o PPTAL/FUNAI disponibilizou uma abordagem metodológica com a incorporação da perspectiva etnoecológica nos levantamentos ambientais em terras indígenas já demarcadas e em processo de demarcação na Amazônia brasileira.

A orientação da metodologia tem como objetivo apoiar a produção de informações etnoecológicas sobre o conhecimento das condições ambientais e de uso dos recursos das terras indígenas, de maneira a subsidiar orientações para a gestão e ações que visem ao equilíbrio ambiental em terras indígenas e à auto-sustentação de sua população (Milliken, 1998).

A abordagem metodológica foi revista e atualizada em janeiro de 2004 e se intitula “Levantamentos Etnoecológicos em Terras Indígenas na Amazônia Brasileira: Uma Metodologia”.

Dois aspectos fundamentais da metodologia desses levantamentos são (1) a formação de conjuntos de terras, cuja demarcação está sob a responsabilidade do PPTAL, em complexos, contemplando tipos e usos de ambientes naturais (físicos e bióticos), e (2) a formação de equipes multidisciplinares e multiculturais, com especialistas, apropriadamente qualificados em Antropologia Social e Ecologia e indígenas locais.

Os objetivos centrais dos levantamentos etnoecológicos são: propiciar subsídios a planejamentos de gestão nas terras indígenas identificadas; contribuir para a capacitação e a apropriação dos resultados tanto pelo órgão indigenista, quanto pelas comunidades indígenas; e fornecer informações cruciais para o desenvolvimento de qualquer processo subseqüente de gestão nas áreas.

Outra aplicação dos levantamentos etnoecológicos é a indicação de recomendações para investigações posteriores, mais aprofundadas, focalizando as necessidades comunitárias atuais e futuras, as opções para exploração de recursos de potencial importância e os meios de mitigar ou prevenir ameaças ao seu modo de vida relacionadas ao meio ambiente.

Os objetivos e a necessidade de reunir dados práticos sobre a realidade vivenciada pelas comunidades, foco dos levantamentos, requisitam que os resultados sejam elaborados de forma a permitir sua aplicação por pessoas e organizações responsáveis pelo apoio às comunidades e para ser apropriada pelas comunidades indígenas onde foram realizados os estudos.

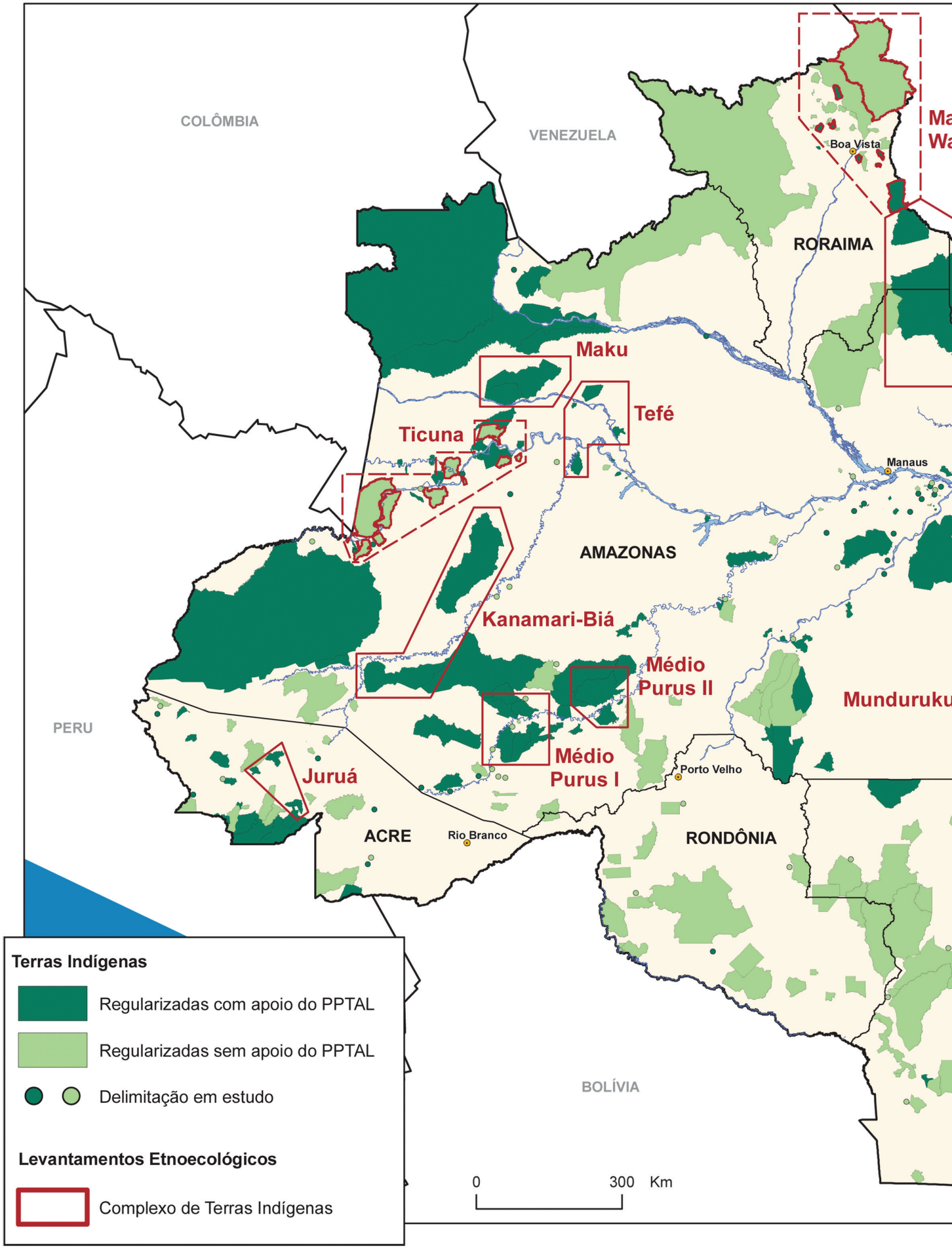
Os levantamentos etnoecológicos não podem ser entendidos como pesquisa aprofundada sobre grupos étnicos e seu ambiente, considerando o tempo e a prática metodológica empregada na produção de compilação de informações etnoecológicas. No entanto, não impossibilita a perspectiva de utilizar o conhecimento indígena para benefício dos próprios índios. Pois, o que está presente é a valorização da percepção indígena e a adoção, na medida do possível, de seu ponto-de-vista no desenvolvimento dos projetos ligados ao manejo ambiental em suas terras.

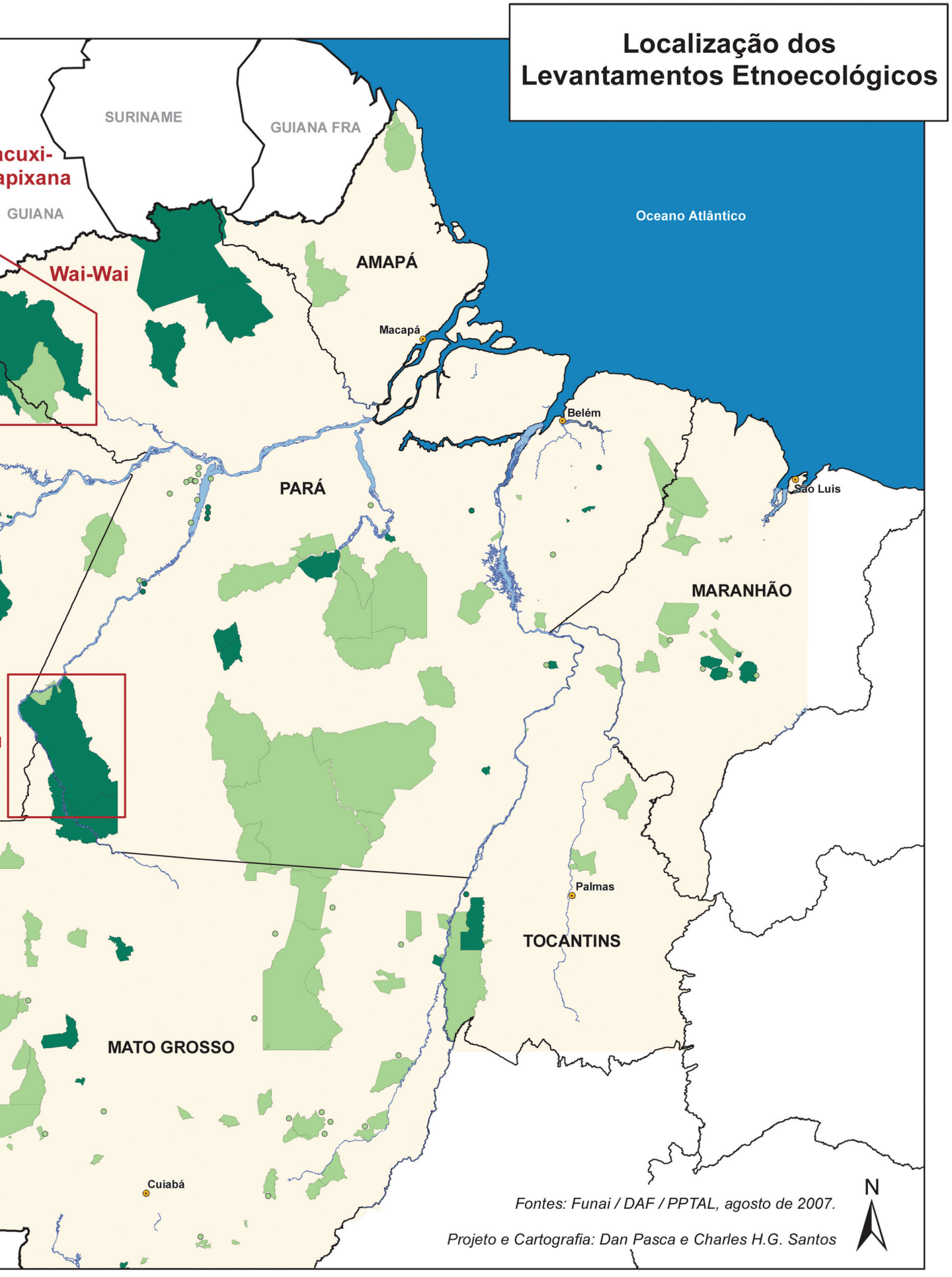
Na preparação do material para a divulgação foram adotados procedimentos tanto para a organização dos textos dos relatórios finais com os resultados produzidos pelos autores, como para a organização do material visual.

Assim, na estruturação dos textos buscou-se manter o máximo das informações apresentadas pelos autores, especialistas em Antropologia e Ecologia. Sob tal orientação, foram suprimidos, basicamente, alguns informes introdutórios, metodológicos, as tabelas, gráficos e notas de rodapé apresentados em anexo ou no corpo dos relatórios. Outrossim, ressalta-se que o completo material dos levantamentos está disponível na documentação do PPTAL na sede do órgão indigenista, FUNAI, em Brasília.

O emprego do material visual objetivou a ilustração de texto com fotos e desenhos gerados nos registros durante o trabalho de campo dos responsáveis pelos estudos.

FUNAI/PPTAL/GTZ


COLÔMBIA
VENEZUELA
PERU
BOLÍVIA
Boa Vista
RORAIMA
Manaus
AMAZONAS
ACRE
Rio Branco
Porto Velho
RONDÔNIA
Maku
Tefé
Ticuna
Kanamari-Biá
Médio Purus II
Médio Purus I
Juruá
Munduruku
0
300 Km
Terras Indígenas
Regularizadas com apoio do PPTAL
Regularizadas sem apoio do PPTAL
Delimitação em estudo
Levantamentos Etnoecológicos
Complexo de Terras Indígenas


Localização dos
Levantamentos Etnoecológicos
SURINAME
GUIANA FRA
acuxi-
apixana
GUIANA
Wai-Wai
Oceano Atlântico
AMAPÁ
Macapá
Belém
São Luis
PARÁ
MARANHÃO
Palmas
TOCANTINS
MATO GROSSO
Cuiabá
Fontes: Funai / DAF / PPTAL, agosto de 2007.
Projeto e Cartografia: Dan Pasca e Charles H.G. Santos
N

Prefácio

No presente volume, a FUNAI/PPTAL apresenta resultados do Levantamento Etnoecológico Maku, empreendido na Terra Indígena Paraná do Boa-Boá por Adolfo de Oliveira, antropólogo, e por Sandra Ayres, geógrafa, que realizaram o trabalho de campo no período de 24 de janeiro a 4 de março de 2005.

O estudo buscou analisar os processos e formas de utilização sócio-cultural, material e simbólica dos recursos naturais pelo povo Maku, habitante da Terra Indígena Paraná do Boa-Boá, nas aldeias Jutaí e Jeremias. Partiu-se de uma perspectiva que busca contemplar as alterações nas atividades empreendidas pelo grupo em relação à sua matriz sócio-cultural, tal como descrita pela literatura etnológica.

Na primeira parte, expõe-se o estudo realizado e suas contribuições. A seguir, são apresentados dados gerais sobre a localização da Terra Indígena e a região. Na parte três, são enfatizadas as relações dos índios com o ambiente, apresentando-se inicialmente os ambientes físico e biótico: geologia, clima, solo, fauna e flora; e, posteriormente, o ambiente social, onde destacam-se dados demográficos, históricos, territoriais, etnológicos e lingüísticos dos Maku. Aspectos relacionados ao uso e ocupação do território, bem como dados sobre segurança alimentar e nutricional do grupo indígena também são abordados.

A etnoecologia do grupo indígena é tratada na parte quatro, por meio da análise das formas de uso cotidiano do ambiente vivenciadas nas duas aldeias da Terra Indígena Paraná do Boá-Boá e das migrações recentes dos habitantes dessas aldeias.

Nas conclusões, ressaltam-se a percepção dos índios sobre sua relação/interação com o ambiente e as principais ameaças à população indígena e ao seu território. Ao final, estão as recomendações para atuação indigenista qualificada junto aos Maku.

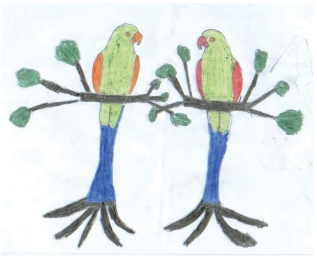
Introdução

Foi considerado como pressuposto deste Levantamento Etnoecológico que as formas atuais de utilização dos recursos bióticos presentes na região, altamente discrepantes em relação à literatura etnológica, não são necessariamente resultado de processos simples de readaptação a outro ambiente, mas antes opções político-sociais demandadas pelo contato com regionais, pelas migrações recentes, pela proximidade dos centros urbanos da ocupação regional, pelo convívio prolongado com missionários da Novas Tribos do Brasil e mais recentemente da Igreja Batista. O estudo buscou mostrar a complexidade destas inter-relações, tanto entre os diversos grupos sociais envolvidos, quanto àquelas dos Maku com seu 'novo' ambiente, diferente daquele ocupado até recentemente (princípios do século XX).

A análise apresentada foi centrada na mudança da principal atividade de subsistência do grupo, que implica em alteração do regime alimentar pela substituição da proteína animal, obtida por meio da caça, por aquela obtida por intermédio da atividade pesqueira. Além disso, as características ambientais da área apresentam limitações a determinados tipos de uso direto, o que faz com que o grupo opte pelos recursos de maior abundância e maior facilidade de obtenção, além de estabelecer estratégias de complementação daquilo que não conseguem obter diretamente, como no caso da produção da farinha.

Foram analisadas as relações mantidas com a sociedade regional não-indígena e com outros grupos indígenas, notadamente os Maku da Terra Indígena Uneiuxi (Aldeia do Roçado) e os Kanamari, que habitam próximos à cidade de Maraã — AM. Em relação a estes últimos, o estudo realizado corrige informação presente na literatura etnológica sobre os Maku, que caracteriza os Kanamari de Maraã como um subgrupo Maku. Com relação aos Maku da Aldeia do Roçado, o estudo retifica informações que dariam a este grupo o status de um diferente subgrupo Maku, constatando que tanto os habitantes do Roçado quanto aqueles da Terra Indígena Paraná do Boá-Boá pertencem ao mesmo subgrupo, havendo não apenas casamentos entre habitantes das duas referidas áreas, como ainda visitações freqüentes, o que vai de encontro à informação presente na literatura etnológica.

O estudo atualiza – e, em certa medida, contesta – informações referentes às chamadas (na literatura etnológica) relações de hierarquia e submissão que os Maku travariam com outros grupos indígenas com os quais mantêm contato freqüente. Os Maku são descritos na literatura etnológica como povos caçadores, seminômades (ainda que ocupando um território relativamente bem definido), pouco afeitos à produção de cultivares comuns entre os povos indígenas da região (sendo a mandioca-brava o principal deles), que estabeleceriam relações assimétricas, caracterizadas por uma subordinação hierárquica, com outros povos indígenas habitantes das margens dos cursos de água de grande porte (conhecidos na literatura etnológica como 'índios do rio', por oposição aos Maku, que seriam 'índios da floresta'). Os 'índios do rio', agricultores exímios, empregariam os Maku como 'servos' ou 'escravos' (termos utilizados pelos próprios 'índios do rio', segundo a literatura etnológica); estes últimos se submeteriam a este tratamento hierarquizante como forma de obter produtos agrícolas, uma vez que suas próprias roças não produziriam o suficiente para seu sustento.



Esta abordagem, já criticada por Pozzobon (1984), por seu etnocentrismo assumido, foi rejeitada a partir das evidências do trabalho de campo realizado. Comprovou-se que os Maku da Terra Indígena Paraná do Boá-Boá estabelecem relações com não-índios, que se assemelham, à primeira vista, com as 'relações assimétricas' descritas na literatura etnológica entre Maku e 'índios do rio'. No entanto, tais relações não são caracterizadas por assimetria hierárquica, mas pela cooperação e solidariedade, com utilização de trabalho coletivo dos Maku nas atividades agrícolas de algumas famílias de regionais, não-índios (cujas roças se encontram fora da Terra Indígena), em momentos em que estes últimos necessitam utilizar o trabalho coletivo para a faina agrícola. A retribuição destas famílias não-indígenas aos Maku que trabalham em suas roças é significativa, sendo que a relação é caracterizada pelos próprios Maku como de amizade e solidariedade. Tal qual descrito em parte da literatura etnológica (Pozzobon, 1984), a obtenção de bens agrícolas (no caso em pauta, de farinha de mandioca) pelos Maku, por meio de tais relações, é um elemento importante para garantir a subsistência dos mesmos, suprindo a carência devida à baixa produtividade das roças dos próprios Maku. Estes últimos possuem total autonomia nesta relação, contrariando a afirmação corrente na literatura etnológica de que a relação implicaria uma subordinação hierárquica.

O estudo contribuiu ainda para a análise dos processos de mudança de atividades de subsistência a partir da inserção de produtos industrializados na vida cotidiana Maku, obtidos de forma regular não apenas pelo fluxo de recursos financeiros advindos de aposentadorias, como ainda de atividades produtivas voltadas ao mercado regional, em especial a produção de vassouras, a pesca e a coleta de castanha-do-brasil. Estas e outras atividades desenvolvidas com vistas ao mercado regional merecem atenção e estudos mais aprofundados para o incentivo e dinamização do seu aproveitamento. Ainda, o estudo sugere possibilidades de aproveitamento comercial de produtos presentes em abundância na Terra Indígena que podem contribuir para o bem-estar do povo Maku. Alerta, igualmente, para o perigo da exploração comercial do pescado no interior da Terra Indígena por não-índios, inclusive com aval da direção da FUNAI, em Tefé - AM, que coloca graves riscos para a segurança alimentar e o bem-estar do povo indígena.

O Complexo Maku

Duas terras indígenas foram consideradas para efeito do estabelecimento do Complexo Maku, a Terra Indígena Uneiuxi e a Terra Indígena Paraná do Boá-Boá, ambas do povo Maku. A Terra Indígena Uneiuxi — objeto de recente revisão de limites para a qual foram atendidos os preceitos da Portaria n° 14, que incluem um relatório ambiental — ficou excluída do levantamento etnoecológico por já existirem estudos que contemplam as necessidades de subsidiar discussões no âmbito de questões ambientais envolvidas na proteção de terras indígenas, além de serem utilizados para a definição de novos limites para a terra em questão.

O levantamento ocorreu exclusivamente na Terra Indígena Paraná do Boá-Boá, situada na Ecorregião de Florestas Úmidas do Japurá-Solimões-Negro, e que foi demarcada em 1997 com uma superfície de 240.545 hectares e perímetro de 264 km.

O Município de Japurá – AM, onde se localiza sua maior parte, tem uma população de 10.285 habitantes, 2.283 na área urbana e 8.002 na área rural (IBGE, Censo 2000). A sede deste município tem o nome de Limoeiro e dista, em tempo de águas baixas no Rio Japurá, quatro dias de barco da Cidade de Tefé, cidade localizada às margens do lago de mesmo nome na desembocadura no Rio Solimões.

67°W
66°W
1°S
2°S
Rio Téa
Rio Uneiuxi
Uneiuxi
Paraná do Boá-Boá
Rio Japurá
JAPURÁ
Mapari
Uati-Paraná
Rio Ati Paraná
Rio Solimões
FONTE BOA
Acapuri de Cima
JUTAÍ
0 20 Km
0 500 Km
0 5.000 Km

Outra localidade nas proximidades da Terra Indígena, com grande influência sobre a comunidade Maku, é Saracura, situada na saída do furo de mesmo nome que liga o Paraná do Boá-Boá ao Rio Japurá no extremo leste da área. Os Maku mantêm com os habitantes não-indígenas desta localidade uma forte relação de amizade e de cooperação econômica, marcada por visitas freqüentes (de parte a parte) e por atividades conjuntas de esporte e lazer, bem como pela cooperação econômica ('troca de trabalho').

Sobre a região como um todo, há estudos concentrados na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Mamirauá que tem características de várzea das margens do Rio Solimões, diferente do Complexo que fica a montante do trecho do Rio Japurá que sofre influência deste rio. No período de enchentes, o baixo curso do Rio Japurá sobe rapidamente, mesmo antes da chegada da massa de água que vem das suas cabeceiras, devido à presença dos paranás denominados Uati-Paraná e Aranapu, que ligam os cursos de água do Solimões e do Japurá.

Outra unidade de conservação localizada na região é a Estação Ecológica Juami-Japurá. Alguns relatos da visualização de alguns espécimes da fauna foram obtidos e coincidem, pela proximidade, com a ocorrência das espécies na Terra Indígena, mas trata-se da simples constatação de sua presença sem estudos aprofundados. Além disso, do ponto de vista geomorfológico, há diferenças significativas na formação das duas margens do Rio Japurá, o que pode fazer não coincidir as conclusões tiradas de uma margem para a outra.

Assim, foi confirmado o que indicava o levantamento preliminar da área: poucos são os estudos disponíveis sobre o ambiente encontrado na Terra Indígena, além das descrições do RADAM. No entanto, com o uso da metodologia participativa isto pôde ser contornado, especialmente tendo em vista que a abordagem não é exclusiva sobre o meio físico e biótico da área, mas sim da sua conexão com o universo sociocultural do grupo indígena.

Pelas características da origem andina do Rio Japurá, há grande quantidade de material sendo carreado pelo seu curso, o que desencadeia a exploração econômica intensiva de areia e seixo. Várias 'balsas' carregadas do material puderam ser vistas ao longo do trajeto de barco pelo Rio Japurá, constituindo uma das principais atividades econômicas atuais da região.

Os Ambientes: possibilidades e limitações para o grupo em suas relações socioespaciais

Duas grandes unidades de paisagem são reconhecidas pelos grupos, refletindo as características geológico-geomorfológicas da área: as terras altas ou a floresta de terras firmes e as terras periodicamente ou permanentemente inundadas ou a floresta de igapó. Além destas, subunidades de paisagem são também consideradas como ambientes diferenciados, onde elementos culturais são associados aos ambientes naturais: os lagos às margens do Japurá, os igarapés, rios de água preta e de água branca, a restinga, o igapó, barreiros (pequenas áreas com argila exposta, onde os animais vão “lamber sal”), chavascal (local encharcado próximo aos igarapés) e os miritizais e açaizais, onde há concentração de espécies em determinado local, formando ilhas de recursos.

Assim sendo, os Maku estabelecem uma relação complexa com o ambiente. Quando perguntados sobre o ambiente, respostas que mesclam os diversos aspectos desse ambiente ficam amalgamadas. Por exemplo, o entendimento que têm da floresta, ou a classificação que fazem dela, mistura elementos de características geomorfológicas do ambiente (se está em região encharcada, os chavascais ou em terras altas), com os sons do ambiente (mata molhada não faz barulho e não espanta a caça), com as características fitofisionômicas (mata baixa ou mata alta), com a presença de determinada espécie (os miritizais ou outras concentrações de espécies).

O manejo dos recursos não exclui nenhuma das possibilidades ditadas pelo meio. Algumas espécies são preferidas, mas nenhuma seleção prévia impede a captura ou coleta de outras, no caso da pesca, da caça ou mesmo do extrativismo vegetal. Não foi identificado em campo nenhum tipo de restrição alimentar a grupos de sexo ou idade relacionado a tabus, mitos ou outra alusão mitológica que pudesse determinar algum controle sobre algum recurso escasso preferido pelo grupo. Entende-se que esse fato leva ao aproveitamento irrestrito dos recursos disponíveis sem relação a recursos preferenciais, todos os recursos disponíveis são passíveis de aproveitamento, sem restrições.

No entanto, a relativa escassez de recursos protéicos pode compor o elenco de fatores que leva ao que será discutido sobre a alteração da atividade principal do grupo, de caçadores a pescadores. O recurso pesqueiro, relativamente mais abundante que o da caça na Terra Indígena, teria facilitado a ausência de controle e de restrição ao uso de qualquer tipo de recurso. E, mesmo reconhecidos na etnografia mais tradicional como povo caçador (Silverwood-Cope, 1990), o grupo Maku da Terra Indígena Paraná do Boá-Boá faz uso cotidiano da pesca como atividade principal do suprimento de proteína animal na sua dieta alimentar.

Pela sua localização, predomina como habitat desta terra indígena a terra firme, que pode sofrer, segundo Morán (1990), pressões ambientais conseqüentes dos fatores: a) de diversidade e distribuição dispersa das espécies; b) do regime pluvial; c) da probabilidade (alta) de localização de roças em solos ácidos e quimicamente pobres; e d) da complexidade das relações bióticas presentes. Na seqüência, pela descrição de suas características ambientais, alguns destes limitantes ficam melhor esclarecidos. Essa caracterização é fundamental para o entendimento sobre qual ambiente estão inseridos os Maku e, ainda que em suas escolhas não façam uso exclusivo do reconhecimento dessas características e pressões, a quais pressões podem estar submetidos.

O ambiente físico e biótico

Geologia e Geomorfologia e suas implicações na vida da população indígena

Do ponto de vista geológico, esta área encontra-se sobre a Formação Solimões, constituída de uma cobertura sedimentar de idade plio-pleistocênica de ambiente continental (flúvio-lacustre). No limite norte, o Rio Uneiuxi sofre influência do Complexo Guianense e pode apresentar altitudes mais elevadas, bem como lajeados. Como não há nenhum material cartográfico sobre hipsografia para esta comprovação, as observações ficam restritas às imagens de radar disponibilizadas pelo estudo do Radam.

Os sedimentos recentes do quaternário constituem os terraços, mais antigos, e as planícies de inundação dos cursos de água atuais que, sobrepostos à Formação Solimões, os seccionam. São sedimentos ainda não consolidados que se apresentam como um arenito grosseiro inconsolidado de coloração branco-amarelada, contendo seixos de sílex e quartzo que atingem até 1cm de diâmetro.

Estes sedimentos, acredita-se, foram depositados em um ambiente semicontinental de água doce, com esporádicas incursões marinhas, comprovando que o soerguimento andino não teria desenvolvido uma barreira total às transgressões marinhas provenientes do Oceano Pacífico.

O principal rio que define a formação de muitos dos ambientes locais na Terra Indígena é o Japurá, com muitos paranás (braço de um rio que forma uma grande ilha) e lagos. A tipologia de origem na formação dos paranás pode conferir certas características a cada um deles, como de colmatagem, de dique, com sinuosidades, coletor, de contato litológico ou ainda adaptado à tectônica. A planície do Rio Japurá chega a alcançar 15 km de largura e acompanha as partes convexas das amplas inflexões

do leito, sendo do tipo planície colmatada (atulhada). Considerando a extensão desta planície, o que indica possibilidades de inundação, o lago onde se localiza a principal aldeia indígena parece ser um lago residual, em área isolada do rio principal em processo de colmatagem, alimentado por pequenos canais.

Rio de água branca, o Japurá carreia em seu curso uma grande quantidade de sedimentos que formam ilhas, terraços e paranás. Os sedimentos têm origem andina e decorrem da alta precipitação nas suas encostas que promovem elevada lixiviação, especialmente de minerais pesados que são levados pelo sistema hídrico e contribuem para os sedimentos de fundo dos rios.

A característica de planície de inundação estabelece a possibilidade de muitos ambientes como igapó, lago de várzea, campo alagável, floresta-galeria, lagos formados em ilhas aluviais ou por meandros abandonados, canal secundário, todos de extrema importância para os peixes que se distribuem nos diversos ambientes (Barthem, 2001). Os rios de águas brancas, como o Japurá, são a principal fonte trófica que sustenta a biota aquática na Amazônia.

No Rio Japurá, ocorrem muitos afloramentos arenosos que podem atingir vários metros acima do nível da água, até 25 m como na confluência com o Rio Mapari, constituindo barrancos de arenito grosseiro inconsolidado.

Na margem esquerda do Japurá, onde se localiza a Terra Indígena, sobre litologias pré-cambrianas e cenozóicas, predominam os interflúvios tabulares com ordem de grandeza entre 250 e 1.750 metros, mas com o aparecimento de colinas e cristas que se limitam às margens do rio. Entremeado nesta região de interflúvio tabular aparece a Serra do Uneiuxi, no limite norte da Terra Indígena, com altitude de 180m.

Do ponto de vista geomorfológico predominam áreas de acumulação inundáveis ao longo do Rio Japurá (as planícies periodicamente alagáveis), os terraços mais antigos, os interflúvios tabulares do Planalto Rebaixado da Amazônia e um contato com relevos residuais como da Serra do Uneiuxi no limite norte. Pode-se considerar, com a finalidade de sistematizar o levantamento, quatro grandes unidades diferenciais de ambientes que se relacionam especialmente com o relevo e a disponibilidade de água ou possibilidades de alagamento.

Estas unidades apresentam cada uma delas uma série de facilidades e dificuldades para a ocupação e o desenvolvimento de atividades. A presença dos cursos de água define a forma e o tipo de circulação que será empreendida, sendo fator facilitador das mudanças do grupo que atualmente faz uso de embarcações para todos os seus deslocamentos, inclusive os diários para o trato nas roças localizadas nas margens dos lagos e igarapés.

O deslocamento por terra também é facilitado pela ausência de grandes movimentações do relevo, constituído de interflúvios tabulares extensos. As visitas à Aldeia do Roçado, na Terra Indígena Uneiuxi, ocorrem dessa forma, por meio de um caminho aberto pelos índios daquela terra, cujo ponto inicial fica um pouco mais a leste, fora dos limites da Terra Indígena Paraná do Boá-Boá.

As planícies de inundação, por sua vez, propiciam ambientes diversificados com solos alimentados por sedimentos andinos e maior ocorrência de espécies da fauna aquática, sendo maior a quantidade de opções neste ambiente do que na terra firme.

As influências do clima

Na região desta terra indígena ocorrem as maiores precipitações pluviais do Brasil, alcançando 2.900 mm anuais. Em determinada época do ano pode chover menos, entre os meses de julho a setembro, segundo as medidas de precipitação nas três estações meteorológicas mais próximas, situadas em São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Olivença e Fonte Boa - AM. O clima da área é constantemente úmido, com um balanço hídrico de 250 a 500 mm e com média de temperatura do mês mais frio superior a 18ºC.

Em relação à temperatura, as variações significativas são diárias e não sazonais. As variações mensais não ultrapassam três graus. A duração dos dias varia pouco de estação para estação, sendo que a maior causa de variabilidade de insolação se dá com a presença de nuvens, o que pode causar uma alteração de até 15 graus na temperatura diária.

A principal influência para a constituição destas características decorre do sistema atmosférico denominado Massa de Ar Equatorial Continental (Ec). Originada na superfície florestada da Amazônia Centro-Ocidental, região de calmaria e ventos fracos por baixa pressão atmosférica, provoca alta instabilidade sob a forma de aguaceiros intensos, ocorrendo em 86,8% dos dias do ano, e proporciona tempo instável na maior parte do ano.

Outra característica relevante é que existe uma seqüência de anos mais chuvosos e uma

seqüência de anos menos chuvosos, variando entre 10 a 15 anos, segundo as observações de 1931 a 1974 (Departamento, 1977) das estações meteorológicas citadas. Nos anos menos chuvosos podem ocorrer prejuízos na floração e frutificação das plantas. Segundo os indígenas, em anos mais secos aumenta a produtividade das roças que podem ser queimadas com maior facilidade.

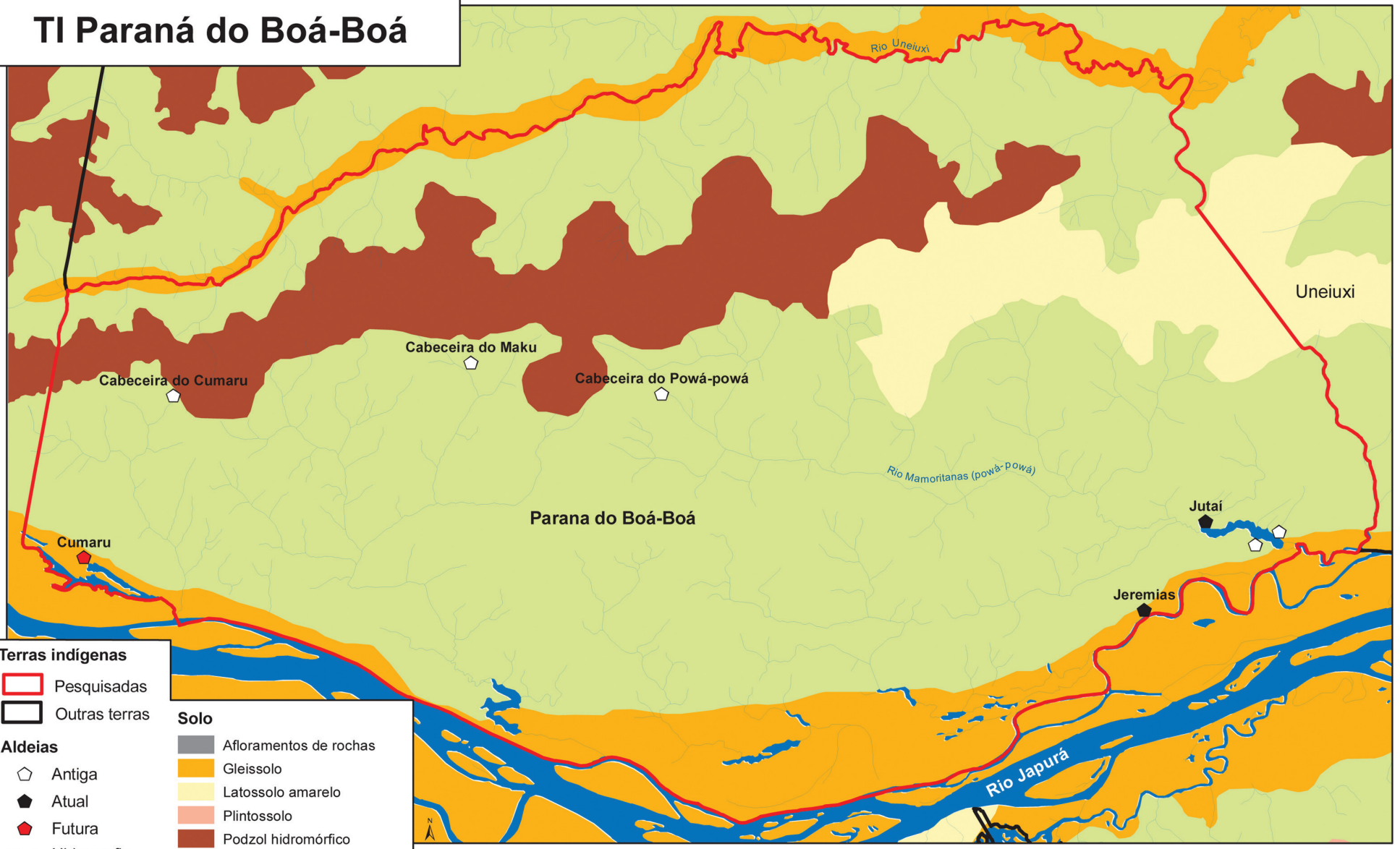
A alta pluviosidade resulta no encharcamento constante dos solos. A elevada umidade relativa também causa reações específicas nos vegetais, especialmente em seus processos respiratórios. Isto faz com que esta porção da Ecorregião de Florestas Úmidas do Japurá-Solimões-Negro apresente características específicas, de menor produtividade, para a floresta ombrófila.

As limitações dos solos

Se o clima influencia as características da vegetação, ele também é fator preponderante na formação e evolução dos solos. O clima atual conduz a uma destruição dos minerais primários, com perda rápida das bases e destruição progressiva das argilas. Nas áreas mais antigas, da formação Solimões, aparecem sobre relevos dissecados pela erosão geológica; nas planícies de inundação compõem áreas de sedimentação com a adição de sedimentos recentes do Terciário.

Segundo mapa de solos do Projeto Radar da Amazônia Legal Brasil - RADAMBRASIL, ao longo da planície do Rio Japurá e do Rio Uneiuxi os solos são Gleissolo; nos interflúvios tabulares predominam o Podzólico Vermelho-Amarelo, que cobrem a maior parte da Terra; já no divisor de águas entre os dois rios citados, aparecem manchas de Latossolo Amarelo e de Podzol Hidromórfico.

Os solos na TI Paraná do Boá-Boá



Elaboração: Funai / PPTAL

Fontes: Bases cartográfias Funai / DAF / PPTAL; Levantamento Etnoecológico 2003

Os gleissolos são solos de deposição recente, pouco desenvolvidos e mal drenados. Ocorrem em relevo plano, próximo aos rios, como dominantes associados aos solos aluviais eutróficos. São, geralmente, pouco profundos e podem apresentar ferro livre bastante mobilizável.

A presença dos podzólicos e latossolos é sempre esperada na Amazônia, pois configuram cerca de 75% de todos os solos presentes na região. Caracterizam-se pelo baixo pH, alta saturação de alumínio, baixos níveis de fósforo, potássio, magnésio, cálcio, zinco e outros micronutrientes. Sua baixa capacidade de troca de cátions indica susceptibilidade à lixiviação. A acidez dos solos explica-se na maioria dos casos pelas altas proporções de alumínio. Ambos têm excelente drenagem, o que pode representar falta de água para as plantas mesmo em pequenas estiagens. São difíceis de diferenciar pela cor, ambos apresentam coloração vermelha ou amarela, havendo somente maior concentração de argila nos podzólicos em maior profundidade.

Os solos podzols que se apresentam no divisor entre os Rios Japurá e Uneiuxi são os piores solos da Amazônia. São extremamente ácidos, com pH abaixo de 4,0 e extremamente pobres em nutrientes. A cor da camada superficial (horizonte A) é branca ou cinzenta com textura arenosa e predominância de presença da campinarana.

A presença de solos com tão baixa fertilidade e a ausência de uma época de seca que proporcione boa queima foram fatores relevantes nas opções dos Maku no desenvolvimento de uma agricultura pouco significativa no total das suas atividades de obtenção de alimentos para a subsistência, valorizando a pesca e a coleta como recursos preferenciais. No entanto, no momento atual, está se configurando uma alteração nesta proporcionalidade de usos do ambiente com um aumento na prática agrícola do grupo, como visto pelas imagens de satélite, onde é possível perceber um uso intenso ao redor da aldeia principal e, principalmente, porque nas demandas finais do grupo indígena foram solicitadas à equipe técnica do Levantamento que sejam encaminhadas sementes de novos produtos agrícolas para o plantio e disseminação de novas experiências agrícolas desejadas pelo grupo.

Nestes solos, a mandioca (*Manihot esculenta*) desempenha papel dominante no cultivo agrícola, por ser uma das poucas plantas capazes de produzir abundância de calorias em solos pobres e ácidos. Normalmente, a percepção dos cultivares

estabelece o reconhecimento de variedades que, de certa forma, fazem sentido para o grupo local, não sendo possível comprová-lo ou compará-lo com as variedades definidas em outras localidades por não existirem estudos que o permitam. Entretanto, sempre são reconhecidas como pertencentes a dois grupos, as mansas, que são as macaxeiras e os aipins, e as bravas (Emperaire, 2001).

Essa diversidade de cultivares contribui com certa estabilidade dos sistemas de produção. No entanto, com os processos recentes de urbanização, o consumo da mandioca e seus derivados, principalmente a farinha, têm aumentado nas cidades e gerado demanda por variedades específicas, como é o caso da preferência pela farinha amarela. A longo prazo, isto pode causar alterações na diversidade varietal com prejuízo para a continuidade dos sistemas de produção.

As roças da Aldeia Jutaí estão localizadas sobre solo Podzólico Vermelho-Amarelo e as roças da Aldeia Jeremias sobre solos Gleissolo, ambos com baixa capacidade produtiva, o que reforça as opções dos Maku em dedicar-se de forma limitada ao cultivo. O esforço despendido até agora na produção da roça refere-se à obtenção de quantidades suficientes para a produção de farinha destinada ao consumo familiar, além de alguns outros poucos produtos que complementam a dieta Maku. Não foi identificada a comercialização de produtos da roça e a da farinha ocorre somente em quantidades pequenas e em situações raras.

As florestas e a classificação Maku

À distribuição dos solos corresponde, em grande medida, também a distribuição dos tipos florestais. Sobre os solos Podzol Hidromórfico e sobre os Gleissolos da planície do Uneiuxi há ocorrência de extensa área de campinarana. Nos interflúvios tabulares predomina a Floresta Ombrófila Densa sobre os latossolos e podzólicos, e nos terraços e na planície do Rio Japurá a Floresta Ombrófila Aberta.

Além disso, fatores climáticos têm grande influência sobre a vegetação, especificamente nesta região amazônica. A campinarana ocorre, justamente, devido à alta pluviosidade, onde os solos apresentam estreita correlação com a pluviosidade, em plena evolução sob clima atual, sendo imperfeitamente drenados e excessivamente lixiviados. As chuvas são as principais causas da dispersão desta vegetação oligotrófica, de baixa nutrição. Também é própria dos solos do tipo Podzol Hidromórfico, distribuindo-se em três formações: arbórea densa, arbórea aberta e arbustiva. No cômputo geral, não existem espécies abundantes. Constatam-se apenas algumas que chegam a formar pequenas colônias concentradas, como a *Mabea taquari* (seringarana) e o *Monopterix uaucu* (uacu) que se aglutinam em pequena extensão.

Os indivíduos arbóreos, na formação Campinarana, apresentam área basal reduzida, raramente passando de 0,25 m^2. Os fustes são retilíneos, com alturas reduzidas. O sub-bosque é de fácil penetração e em muitos lugares a luz solar se faz presente. Predominam nele as Annonaceae, Melastomataceae, Piperaceae, Araceae e Rubiaceae. O cipó-ambé (*Philodendron* sp.) é o de maior freqüência, ocorrendo ainda o *Bauhinia splendens* (escada-de-jabuti), o *Dolicarpus rolandri* (fogo), o *Hetereopsis jenmani* (titica) e o *Philodendron* sp. (tracauá). As palmeiras piaçaba e

buriti *(Mauritia vinifera* Mart.) são freqüentes e chegam a formar colônias puras, identificando-se o açaí (*Euterpe precatória* M.) e a mumbaca. O grau de regeneração das espécies arbóreas é médio, sobressaindo a *Humiria balsamífera* (umiri) e a seringarana.

Os Maku não parecem explorar muito esta tipologia florestal (distante das aldeias atuais localizadas na Terra Indígena Paraná do Boá-Boá), nem mesmo para a caça, a julgar pela literatura etnográfica e informações de viajantes. Pozzobon (2002)[1] afirma mesmo que "[a] pobreza da campinarana dominante, somada ao caráter encachoeirado dos rios, foi um dos obstáculos à expansão das frentes pioneiras portuguesas e espanholas, que disputavam a região já no século XVII (...)".

A Floresta Ombrófila Densa é constituída de um adensamento heterogêneo de árvores, com a predominância de emergentes. Nos interflúvios tabulares na região do Rio Japurá, onde está localizada a Terra Indígena, a formação de palmeira é a vegetação característica, justificável pela freqüência das palmáceas em relação aos indivíduos arbóreos mensuráveis. A *Iriartea ventricosa* (paxiúba-barriguda), *Oenocarpus bataua* (patauá), *Geonoma diversa* (ubim), *Bactris monticola* (marajá), mumbaca, *Attalea sp.* (palha-preta), *Oenacarpus multicaulis* (bacabi) e *Astrocaryum jauary* (jauari) são as palmeiras responsáveis por essa caracterização.

As espécies arbóreas têm seus fustes, na maior parte, com leve tortuosidade, raros nós e madeira sadia, altura reduzida e circunferência raramente passando de 1,50 m. O *Micranda spruceana* (cunuri), *Ingá alba* (ingaxixi), *Ocotea barcellensis* (louro-inhamuí) e a *Pourouma paraensis* (mapatirana) são as espécies arbóreas mais ocorrentes. O grau de regeneração é baixo e se evidencia nas espécies ingaxixi e *Sapium marmiere* (murupita).

O sub-bosque ora é denso, ora é médio, variando com a radiação solar recebida. Um exemplo bem marcante ocorre com as espécies da família Maranthaceae, que aumentam a constância na proporção de maior incidência luminosa. O caranaí (*Lepidocaryum* sp.), palmeira de sub-bosque, é muito abundante e em determinadas faixas de substratos chega a formar colônias puras. As epífetas identificadas pertencem às famílias Araceae, Bromeliaceae e Orchidaceae. Constata-se também a ocorrência dos cipós: mucunã (*Mucuna rostrata*), escada-de-jabuti, japecanga (*Smilax* sp.) e cipó-de-fogo.

1. http://www.socioambiental.org/pib/epi/maku/sociorg.shtm, consultada em maio/05.

Nos ecossistemas dos terraços formados pelo Rio Japurá, a Floresta Ombrófila Densa apresenta a fitofisionomia de floresta de cipó. Nela, as espécies arbóreas seguem uma distribuição mais densa do que na formação de palmeira. Não obstante, as copas das árvores ocupam menores espaços e a grande diferença nas suas alturas favorece uma iluminação maior do sub-bosque. A *Mezilaurus itauba* (itaúba), a seringarana e a *Swartzia acuminata* (pitaica) são os indivíduos arbóreos de maior freqüência e volumetria. Os fustes, nesse estrato, mostram-se tortuosos e com nós, refletindo talvez a influência da alta ocorrência de cipós. O sub-bosque é muito sujo, com espécies de fototropismo positivo, melhor exemplificadas pelos cipós, que formam emaranhados dificultando em muito a penetração. Os cipós graxama-branca, fogo, titica, escada-de-jabuti e tracauá são os que mais contribuem nesse sentido. As palmáceas são de freqüência mais reduzida.

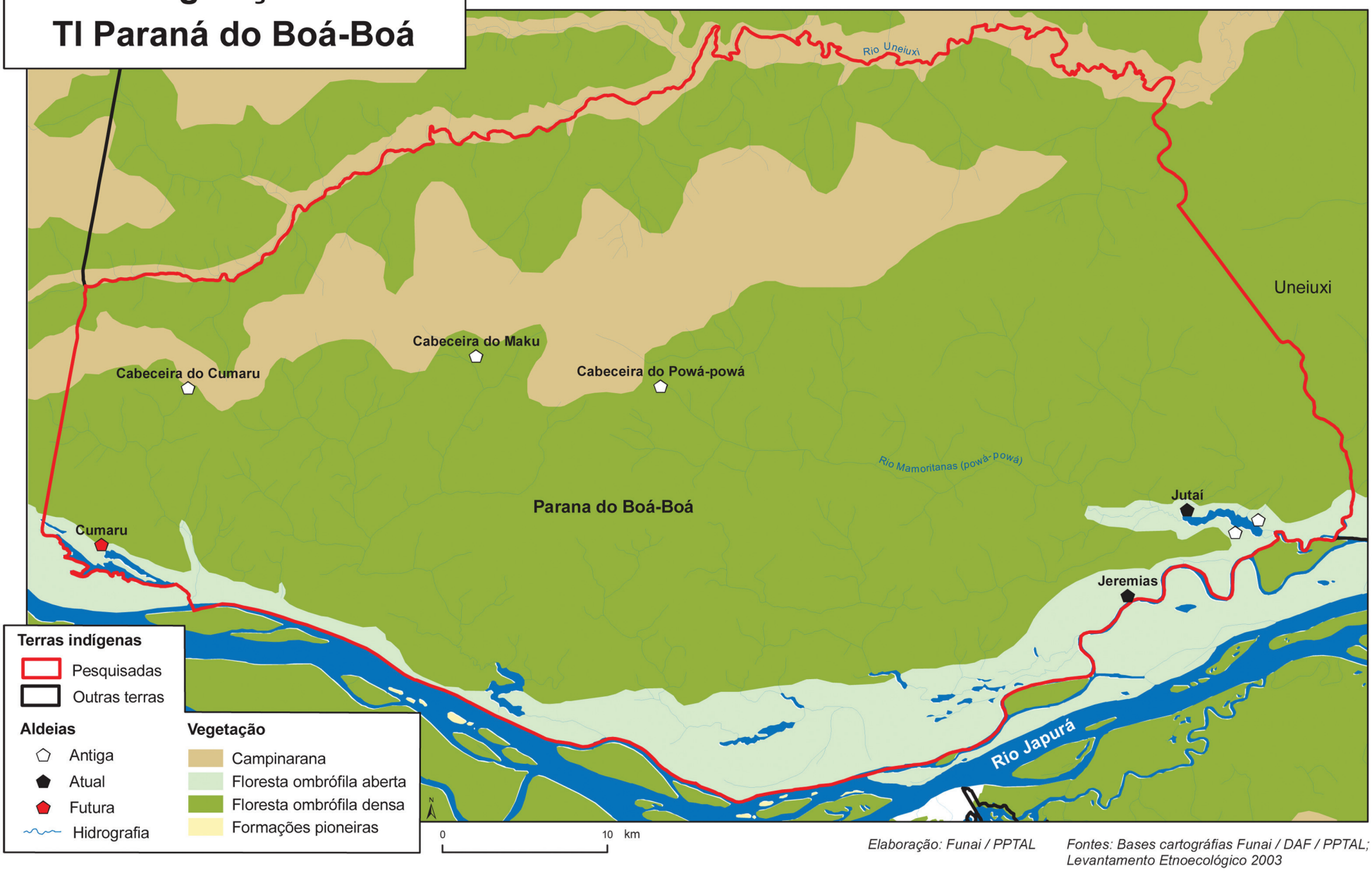
A Floresta Ombrófila Aberta, que ocorre nas planícies ou mesmo no relevo tabular do Rio Japurá, tem como principal característica o fato de que suas copas não se tocam e o fato de que no espaço entre elas aparece o crescimento de palmeiras e estratos arbustivos com ou sem lianas. As partes mais úmidas apresentam grupamentos mais densos de palmeiras que incidem mesmo nos igapós.

Assim, três tipologias florestais principais estão presentes na Terra Indígena nos variados patamares geomorfológicos. No entanto, a característica de todas elas é de apresentarem certo espaçamento no seu dossel que permite a incidência da luz solar e com isso o aparecimento de um sub-bosque mais denso. Também é característica marcante o grande número de palmáceas e lianas.

Os Maku que, de acordo com a literatura etnográfica, mantinham uma preferência pela floresta — conhecendo-a muito bem e com facilidade de deslocamento em uma área que, pelas suas características de sub-bosque, apresentaria sérias dificuldades — atualmente, têm preferido ambientes em que predominam a Floresta Ombrófila Aberta, concentrando-se nas margens do paraná do grande rio, nos igarapés e lagos. A atividade no interior da Floresta Ombrófila Densa fica restrita à extração do cipó-titica, liana de ocorrência abundante em toda a área.

O cipó-titica (*Heteropsis flexuosa*) é uma liana hemiepífita — espécie que utiliza outras plantas como suporte, mas que tem uma conexão com o solo — pertencente à família Araceae, produtora de fibras de excelente qualidade e utilizada na indústria moveleira como matéria-prima, sendo empregada ainda na confecção de artefatos e objetos artesanais. A utilização do cipó-titica

A vegetação na TI Paraná do Boá-Boá



Elaboração: Funai / PPTAL

Fontes: Bases cartográfias Funai / DAF / PPTAL; Levantamento Etnoecológico 2003

pelos Maku é especialmente para a confecção de vassouras. Todavia, sob orientação, outros usos que agreguem mais valor ao produto final podem ser pensados.

Também pôde ser verificado em campo que a dispersão das espécies florestais, como uma característica forte daqueles ecossistemas, determina a localização igualmente dispersa da exploração de produtos florestais. Há muitos locais de exploração da castanha-do-brasil e de frutíferas, porque uma quantidade expressiva só é possível de ser obtida pela somatória da exploração nos vários locais.

Para o grupo estudado por Silverwood-Cope (1990) — os Bara Maku — cinco tipos de floresta eram diferenciados: ***hia***, a totalidade da floresta, mas também aquela com árvores altas, em solo vermelho ou amarelo com húmus; ***yea***, a floresta baixa, de árvores cinza-prateado num solo branco arenoso; ***tahti***, vegetação secundária em locais anteriormente utilizados para roça ou clareiras; ***hu'***, como qualquer tipo de clareira e em mais detalhe pode distinguir-se em arenosa, de grama, de arbustos, etc; ***nyu'***, os pântanos com meio metro de água quase estagnada onde crescem palmeiras.

Entre os Maku desta Terra Indígena, foram identificadas as seguintes diferenciações para o ambiente florestal: ***hoy***, para floresta de forma geral e também para mata alta; ***taiu***, para mata baixa e para igarapé, floresta que alaga; distinguem mato seco de mato molhado; mato cerrado de mato limpo; e utilizam a terminação ***tube*** para todo tipo de concentração de espécies, especialmente as frutíferas, como ***suim tube*** para bacabal, ***toibe tube*** para miritizal, mas também ***ium tube*** para cipoal.

Outro aspecto relevante sobre a vegetação na área é que a presença de palmáceas tem sido associada a áreas de manejo humano, sendo indicadoras de sítios arqueológicos. Entretanto, pelo histórico dos habitantes da área, o manejo florestal, principalmente originado de áreas de cultivo pela ação do fogo, como por exemplo, na germinação da palmeira do babaçu (Morán, 1990, p. 199), e do manejo de capoeiras

pode ser relativamente recente para o grupo. Nada impede que outrora outros grupos indígenas tenham habitado a região, pois a presença de sítios arqueológicos pode remontar a períodos históricos anteriores.

A prática de manejo de capoeiras, com a limpeza seletiva da área, permite a permanência de árvores frutíferas que reduzem a invasão pelas gramíneas e proporcionam sombreamento às espécies mais sensíveis. Também atraem os principais agentes de dispersão da floresta, os morcegos e os pássaros, que depositam sementes da floresta primária. O ambiente embaixo das árvores frutíferas torna-se mais adequado em termos de temperatura, nutrientes e iluminação, facilitando assim a germinação das espécies mais sensíveis.

As características da flora nesta terra indígena de fato interferem significativamente nas atividades indígenas, pelas seguintes razões, dentre outras:

- Pela abundância do cipó-titica que proporciona facilidades de obtenção de recursos financeiros para o grupo com a confecção de vassouras e cestos;

- Pela variedade e grande quantidade de frutíferas que complementam a dieta cotidiana do grupo; e

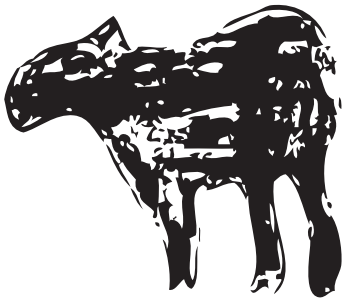
- Pela dispersão das espécies que impõe vários deslocamentos, na atualidade preferencialmente fazendo uso dos cursos de água, para a obtenção de recursos.

Fauna: a preferência dos Maku pelos peixes

Outro fator limitante amplamente discutido sobre os ecossistemas da Amazônia refere-se à baixa taxa de proteína animal disponível para consumo humano em função de discussões sobre a disponibilidade maior ou menor de biomassa animal (Morán, 1990, p. 152). A população Maku parece, no passado, ter superado este fator para si e para outros grupos regionais, especializando-se como caçadores profissionais, suprindo, com base na troca de produtos, outros grupos indígenas com proteína animal e recebendo em troca produtos agrícolas e produtos industrializados, tais como panelas, roupas, sal, faca, terçados, etc. (Oliveira, 1981, p. 77).

No entanto, atualmente, os Maku desta Terra Indígena têm-se concentrado na pesca como recurso para a obtenção da proteína animal, sendo esta atividade praticada diariamente por todos os membros do grupo. A prática diária da pesca, com participação também das mulheres, é a principal atividade do grupo, cujos membros aprendem a pescar desde pequenos. A caça se tornou eventual e ocorre muito mais de forma 'oportunista' na medida em que as famílias são acompanhadas pelos seus cachorros na sua lida na roça e estes acabam por acuar pequenos animais, especialmente roedores que buscam alimento naqueles locais e, assim, são abatidos.

Cabe lembrar que uma característica da fauna brasileira é ser bastante rica em espécies, mas comportando um número relativamente pequeno de indivíduos, o que a torna muito frágil (Instituto, 1992). A vegetação tem influência preponderante sobre a distribuição da fauna e, na Terra Indígena, essencialmente florestal, há presença de macacos neotropicais com cauda preênsil, denotando assim hábitos arborícolas. Também animais terrícolas, como a anta *(Tapirus terrestris)*, o caititu *(Tayassu tajacu)*, o queixada *(Tayassu pecari)* e a paca *(Agouti paca)*, dotados de conformação robusta e adequada para romper caminho por meio da emaranhada vegetação do sub-bosque em floresta ombrófila densa e aberta, estão presentes nesta terra indígena.



Os grupos indígenas habitantes das florestas dependem justamente de animais de grande porte, tais como antas e dos porcos-do-mato (queixada ou caititu) para manterem elevados níveis de proteína animal. No entanto, a anta e os porcos-do-mato são caçados com menor freqüência em função de sua baixa incidência e isso leva os caçadores a se concentrarem em animais menores, tais como os roedores e as aves, que têm taxas reprodutivas mais altas e que se tornam, assim, uma fonte mais estável de proteína animal (Morán, 1990).

A paca *(Agouti paca)*, animal de hábitos noturnos e solitários, vive em covas próximas a cursos de água. Sua alimentação principal consiste de frutos silvestres, geralmente frutos de palmáceas que caem ao chão. A anta *(Tapirus terrestris)* também tem hábitos solitários e noturnos. Arborícola, prefere plantas que crescem nos claros da floresta aberta e plantas aquáticas em abundância, encontradas em áreas de igapó.

Já o caititu *(Tayassu tajacu)* e o queixada *(Tayassu pecari)* são animais gregários, que andam em pequenos ou grandes grupos (dependendo da densidade populacional), exercem migrações anuais atrás de alimento, são onívoros, comem frutos de palmeiras e tubérculos, além de raízes, apreciando também os produtos das roças dos índios. A reprodução desses animais ocorre durante todo o ano e o número de crias é de um a três.

Além destes, os animais que configuraram, no passado, caça para os Maku são os macacos e as aves grandes, que chegaram a constituir 60% do total caçado. Por outro lado, entre os mamíferos, as espécies de macaco são as mais estudadas atualmente na Amazônia, e sua presença, tanto como a das aves, está relacionada com a diversidade de habitats, assim como a biomassa e a densidade são influenciadas pela fertilidade do solo. Neste sentido, as matas de terra firme normalmente apresentam maior número de espécies, mas com densidade e biomassa menores que nas matas de várzea (Silva, 2001). Na Amazônia, a maior diversidade é encontrada na sua região oeste e, além da diversidade de habitats, a continuidade da produção entre hábitats com picos assincrônicos e irregulares de frutificação podem ser fator crucial.

No passado, a caça destes animais foi possível porque os Maku desenvolveram um artefato especializado a este fim, a zarabatana. Ainda hoje eles produzem suas zarabatanas como artefato de prestígio entre os membros do grupo. Entretanto, seu uso não pôde ser identificado no trabalho de campo realizado. Os mais velhos que dominam ainda sua confecção não têm mais a habilidade para o seu uso. Tal produto tem sido um produto pensado para o comércio; comércio este amplamente incentivado pelos missionários que lá estiveram e que levaram não apenas grande número de zarabatanas como uma grande quantidade de dardos envenenados.

Assim, substituindo a caça, a pesca se transformou na prática mais relevante no suprimento de proteína. O Rio Japurá, como outros rios de águas brancas da região, apresenta alta piscosidade e grandes peixes são encontrados no canal, incluindo-se como principal área de desova dos grandes bagres da Amazônia, principalmente da dourada *(Brachyplatystoma flavicans)* e da piramutaba *(Brachyplatystoma vaillantii).*

Como características migratória e reprodutiva dos peixes da Amazônia podem ser consideradas três formas: as extensas, as moderadas e as que se deslocam entre os ambientes aquáticos, mas sem grandes movimentos. As espécies que realizam grandes migrações são as já citadas, que constituem os grandes bagres da Amazônia, a dourada e a piramutaba.

As espécies que realizam migrações moderadas são: o tambaqui *(Colossoma macropomum)*, pacu *(Mylossoma spp)*, jaraqui *(Semaprochilodus spp)*, curimatã *(Prochilodus nigricans)*, entre outras. Com base no movimento migratório de alguns peixes foram estabelecidos três tipos: trófico, reprodutivo e dispersivo:

> "Durante o período de enchente, essas espécies permanecem nas áreas alagadas se alimentando de produtos da floresta. Assim que o nível do rio começa a baixar, elas realizam a migração dispersiva, que ocorre durante o período da seca e no rio principal, seguindo sempre o sentido ascendente. Os cardumes param de se movimentar e aguardam o período do início das chuvas e da subida do rio. Quando isso ocorre, os cardumes de reprodutores migram para a área de desova, realizando a migração reprodutiva. Após a desova, os cardumes seguem para as áreas alagadas, realizando então a migração trófica" (Barthem, 2001).

As espécies que não realizam migrações são as tipicamente de várzea, como o pirarucu *(Arapaima gigas),* o aruanã *(Osteoglossum bicirrhosum)*, o tucunaré *(Cichla spp)*, o acará *(Cichlidae em geral)* e a pescada *(Plagioscion spp)*.

Além dos peixes, também podem ser encontrados com facilidade na região os botos *(Inia geoffrensis, Sotalia fluviatilis)*, várias espécies de lontras *(Lutra longicaudis)* e os jacarés *(Caiman crocodilus, Melanosuchus niger, Paleosuchus trigonatus, Paleosuchus palpabrosus)* (Vogt, 2001).

Outro grupo relevante na obtenção de proteína animal é o de invertebrados (Overal, 2001). É comum entre os grupos indígenas da Amazônia o consumo da fase larval de determinados animais, como a cigarra. As larvas que crescem na palmeira do babaçu são freqüentemente consumidas pelos grupos da Amazônia — por exemplo, pode-se citar o *Pachymerus cardo* e *Cariobruchus*, da família Bruchidae. Outras espécies que crescem em madeira podre também são consumidas, como as da família Curculionidae.

Independentemente do uso direto pelo grupo indígena, os invertebrados constituem papel relevante no total das espécies, correspondendo a 95% delas. Além de desempenharem funções relevantes na reciclagem de nutrientes, na decomposição de detritos, no controle biológico natural de pragas, na polinização de plantas, na dispersão e germinação de sementes, podem também transmitir doenças ao homem e constituirem eles mesmos praga, como no caso de excesso de formigas na roça que, por vezes, ocorrem na Terra Indígena.

Sobre as abelhas, somente na Região Amazônica podem existir de 2.500 a 3.000 espécies. São importantes na polinização das plantas, especialmente onde não há ventos, como no interior da floresta em áreas de baixa pressão atmosférica e onde a distância entre os indivíduos da mesma espécie vegetal pode ser enorme. A criação de abelhas nativas para a obtenção de mel é bastante difundida na região. Para os Maku, não foi identificada nenhuma forma de manejo, somente a coleta direta do produto. Eles reconhecem cinco tipos diferentes de abelha, descrevendo em detalhes a qualidade do mel produzido por cada um deles.

A abelha ***'ri'*** produz um mel preto muito doce. A ***'nabuai',*** um mel muito abundante e muito mais fino que os outros. A abelha ***'ouchi'*** não produz mel que possa ser aproveitado, mas reconhecem sua importância. O mel mais claro que conhecem é produzido pela ***'nourou'*** ou abelha jandaíra. Outro mel claro e mais doce é produzido pela ***'atube'*** ou abelha tariana.

O ambiente social

‘Etnônimo’, localização e população

Aquilo que denominamos ‘Maku’ é, a rigor, uma unidade que não existe enquanto tal. Os povos falantes das seis línguas classificadas como da família lingüística Maku (ver quadro abaixo) não se denominam ‘Maku’, termo originalmente de línguas Arawak e de sentido pejorativo, significando ora ‘servo’, ora ‘selvagem’ a depender do contexto (Pozzobon, 1992, p. 16). Os Maku são, com efeito, considerados ‘seres inferiores’ pelos ‘índios do rio’ da região, sendo inclusive discriminados pelos não-índios como tal – embora eles próprios zombem das atitudes dos ‘índios do rio’ (Pozzobon, 1984, p. 50; Ramos; Silverwood-Cope; Oliveira, 1980)

Tabela 1: Autodenominação e Localização dos Povos Indígenas da Família Lingüística Maku (Apud Pozzobon, 1984)

Autodenominação	Outras denominações	Localização
1. Nükak	Maku	Entre os Rios Guaviare e Inírida (Colômbia)
2. Bara, Kakwa	Maku, Pohsá[2], Boroa[3], Wirapoyá[4]	Entre os Rios Uaupés (Vaupés) e Papuri (Colômbia)
3. Hupdü	Maku, Pohsá, Peoná[5], Wirapoyá	Entre os Rios Papuri e Tiquiê (Brasil e Colômbia)
4. Yuhupdü	Maku, Pohsá, Peoná, Wirapoyá	Entre os Rios Tiquiê e Traíra (Brasil e Colômbia)
5. Düw	Maku, Kamã	Entre os Rios Curicuriari e Negro (Brasil)
6. Nadüb, Kabori	Maku, Guariba[6], Tapuia Xiruai[7]	Entre os Rios Negro e Japurá (Brasil)

2. Pohsá: ‘servo’, na língua Cubeo.
3. Boroa: ‘servo’, na língua Dahséa.
4. Wiraporá: termo de origem Desana (subgrupo Tukano), significando ‘Desana estragado’.
5. Peoná: ‘senhores dos caminhos’, na língua Tukano. Uma referência ao fato de os Maku não serem ‘índios de rio’, andando nas matas ao invés de usar a canoa como meio de transporte.
6. Termo usado pelos não-índios da região, aludindo à crença de que os Nadüb seriam parentes do macaco homônimo.
7. Xiruai: ‘cunhado’, em Nheengatu (língua-geral). Forma amistosa pela qual os não-índios se referem aos Nadüb. O termo ‘cunhado’, em suas diversas formas lingüísticas, é usado por muitos povos indígenas da região (e de outras regiões na Amazônia) para referir-se a alguém com quem se tem relações amistosas.

Os povos indígenas da família lingüística Maku habitam a região do Alto Rio Negro, área etnográfica denominada por Melatti[8] Noroeste da Amazônia, que assim a descreve:

> A área de que vamos tratar agora se estende sobre ambos os lados da fronteira Brasil-Colômbia, representada por uma linha que, nos mapas, toma a forma da conhecida "cabeça de cachorro". O principal rio que a corta é o Negro, um afluente do Amazonas que, antes de entrar no Brasil, tem o nome de Guainía e separa a Colômbia da Venezuela; no seu alto curso, ele recebe, pela margem direita, o Içana e o Uaupés (chamado de Vaupés na Colômbia). Tomando tais rios como referência geográfica, é comum chamar-se a esta área de Alto Rio Negro. Mas não se deve esquecer que nela se incluem também índios que vivem no Apaporis e seus afluentes, que é um tributário quase que inteiramente colombiano do Caquetá, uma vez que desemboca neste último após marcar um pequeno trecho da fronteira com o Brasil. Daí para baixo o Caquetá passa a denominar-se Japurá.

Esta área é habitada por vários povos indígenas, falando línguas das famílias linguísticas tucano e Arawak. Estes povos se caracterizam pela exogamia de grupo lingüístico (Hugh-Jones, 1979), comportando-se os vários povos portanto como clãs (ou como fratrias, uma vez que nem todos os povos participantes do 'circuito' se casam com elementos de quaisquer dos outros povos) de uma mesma sociedade, porém acentuando as diferenças lingüísticas por razões ideológicas, o que leva Melatti a descrevê-los como 'clãs que se querem enquanto etnias'[9]. Os Maku, no entanto, não participam deste circuito organizado de trocas matrimoniais 'interclânica' (ou 'interétnica'), casando-se preferencialmente não só no interior de seu próprio grupo lingüístico – em flagrante discrepância em relação aos outros povos indígenas da região, com a provável exceção dos Cubeo – mas ainda no interior de grupos regionais que se colocam como subdivisões destes grupos geográfico-linguísticos (Pozzobon, 1984). Da mesma forma, os povos Maku se diferenciam dos demais povos indígenas da região por serem tradicionalmente povos caçadores, habitando o interior das matas, em áreas distantes dos cursos dos principais rios da região (Pozzobon, 1984; Schultz, 1959; Munzel, 1969).

8. Melatti, J. C.: Índios da América do Sul, http://www.geocities.com/RainForest/Jungle/6885/ias12-19/12aznw.htm.
9. Ibidem

Os povos da família lingüística Maku são na atualidade cerca de três mil pessoas, ocupando territórios tanto no Brasil como na Colômbia (Pozzobon, 1998). Suas populações assim se distribuem, de acordo com Pozzobon:

Tabela 2: Distribuição da População Maku, segundo Pozzobon:

Autodenominação	População	Ano	Fonte
Nükak	378	1995	Franky *et. al.* (1995)
Bara, Kakwa	± 300	1969	Silverwood-Cope (1990)
Hupdü	± 1.500	1997	Pozzobon (1997b)
Yuhupdü	370	1997	Pozzobon (1997c)
Düw	78	1994	Oliveira, Meira & Pozzobon (1994)
Nadüb, Kabori	± 600	1995	ISA (1996)
Total	± 3.226		

Melatti, utilizando dados do Instituto Socioambiental (do ano de 1998), dá a população Maku como sendo de 2.548 indivíduos no Brasil e 678 indivíduos na Colômbia. Pozzobon, baseando-se em estudos das variáveis demográficas dos Hupdü, especula que sua população tem-se mantido estável, sem grandes alterações populacionais nos últimos decênios.

Grupos e subgrupos: regionais, lingüísticos e dialetais

As seis línguas da família lingüística Maku – que constituem uma família lingüística à parte, ainda que usualmente nos estudos acadêmicos se as inclua em um grupo mais amplo, formado também pelas línguas da família lingüística Puinave, estas faladas em tempos passados na região do Orinoco – são faladas por seus naturais. Na região do Uaupés, onde vivem os Bara, Hupdü e Yuhupdü, estes falam também línguas Tukano, inserindo-se assim no multilingüismo característico dos povos indígenas da região. Para Pozzobon (1998), os povos da família lingüística Tukano, mediadores usuais do contato entre os povos Maku e os não-índios da região, tem-se constituído como uma certa 'barreira aculturativa' para os povos Maku da região do Uaupés. Quanto aos outros povos Maku, os Nükak, contatados em finais dos anos 80 (1988), pouco falam outras línguas que não a sua; os Düw e os Nadüb, contatados desde o século XVIII e sem contar com a presença de povos da família lingüística Tukano em sua região, falam bem o português e o nheengatu (língua geral, falada pela população ribeirinha do Médio e Baixo Rio Negro).

As línguas da família lingüística Maku são faladas em diferentes dialetos. A língua yuhupdü é, segundo Pozzobon, falada em três dialetos: tewdeh ('gente do igarapé castanho'), nayndeh ('gente do igarapé Ira') e boyop mi ('gente do córrego da Piranha'). A língua Hupdü é também falada nos dialetos poráidü ('gente de rio acima'), menaidü ('gente do rio abaixo') e em um 'dialeto central' (Pozzobon, 1991, p. 141). Hupdü e yuhupdü diferem entre si, sempre segundo Pozzobon, como o português do espanhol. Segundo a lingüista e missionária do Summer Institute of Linguistics, Evelyn Weir (1986, p. 02) haveria pelo menos dois dialetos (mutuamente

inteligíveis) nos quais a língua nadüb é falada: um pelos habitantes do Alto Uneiuxi e do Paraná do Boá-Boá e outro pelos demais grupos Nadüb, próximos à foz do Uneiuxi e na margem direita do Rio Negro, entre Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira - AM. Essa última língua, segundo a lingüista em questão, guardaria afinidade com outras línguas Maku, embora não com todas.

É interessante notar que a divisão em grupos regionais dialetalmente distintos e em relativo isolamento parece ser uma característica da organização social Maku (Pozzobon, 1984, p. 135). Casamentos ocorrem preferencialmente no interior de um mesmo grupo regional-dialetal (endogamia lingüística), o que, segundo Pozzobon, pode ser decorrência – ao menos no caso dos Nadüb e dos Düw – de seu isolamento geográfico. Nota-se que o padrão organizacional aqui é bastante contrastante com aquele dos 'índios do rio' da região. Os Nadüb da Terra Indígena Paraná do Boá-Boá afirmam que sua língua é a mesma dos Nadüb da Terra Indígena Uneiuxi. Há vários casamentos entre membros das duas aldeias, o que parece confirmar a literatura etnológica referente à endogamia lingüística de grupos regionais-dialetais Maku. Pode-se dizer então que os Nadüb de ambas Terras Indígenas são parte de um mesmo grupo regional-dialetal. Uma picada, larga e limpa periodicamente com motoserra, liga ambas Terras Indígenas, saindo do Paraná do Boá-Boá na região do Mixará. Os contatos entre habitantes de aldeias de ambas Terras Indígenas são bastante freqüentes. O mesmo contato freqüente não é mantido com os habitantes de outra Terra Indígena Nadüb, no Rio Téa, que segundo informantes não 'falam a mesma língua'. Esta afirmação marca assim o distanciamento daquele grupo dos outros dois, definindo-o como fora daquilo que chamamos aqui um grupo regional-dialetal. Ainda, habitantes de uma aldeia Kanamari, cujos parentes se encontram casados com habitantes das Aldeias Jeremias e Jutaí, visitam ambas as aldeia freqüentemente. O mesmo se dá com os não-indígenas habitantes da Comunidade Saracura.

É preciso aqui novamente mencionar a inexistência, constatada em campo e reafirmada várias vezes pelos próprios Nadüb, de um grupo Nadüb nas proximidades de Maraã, tal como aparece na bibliografia sobre os Nadüb e a região. Trata-se na verdade de uma aldeia Kanamari, portanto de 'índios de rio', não de qualquer povo Maku. Há casamentos de Kanamari com Nadüb, morando na Terra Indígena Paraná do Boá-Boá, embora não de pessoas daquela região em particular.

Ocupação territorial: localização, deslocamentos e grandes migrações desde o séc. XVIII

Em sua viagem pelo Noroeste Amazônico em 1944, Ettore Biocca descreve a passagem da expedição de Lobo d'Almada na região, em fins do século XVIII. Biocca atualiza, através das palavras de Koch-Grünberg, a figura do 'índio bravo' ou 'animalesco', curiosamente recorrente entre os próprios 'índios do rio' — e entre os regionais — ao referir-se aos Maku. Manuel da Gama Lobo d'Almada, governador da Capitania de São José do Rio Negro, de 1786 a 1799, pode não ter avistado os Maku em sua viagem pela região; no entanto, em 1774, o Ouvidor Sampaio, percorrendo a região do Japurá, refere-se aos Nadüb-Maku na margem esquerda do Japurá, em especial ao fato de estes promoverem freqüentes pilhagens nas roças de outros povos indígenas (Sampaio, *apud* Pozzobon, 1984, p. 102-03).

Na região específica do Paraná do Boá-Boá, segundo o Relatório de Delimitação da A. I. Maku do Paraná do Boá-Boá[10], de autoria de Jorge Luís de Paula, afirma-se que a primeira referência conhecida à presença de uma população Maku é de Monteiro Baena em 1839, que teria registrado que "... [n]a fronteira do Rio Negro todo o torrão jacente entre os Rios Uaupés, e o Japurá, habitão os Gentios Tabocas, Curutús, Cumucumans, Macús, Queuanacans..." (Monteiro Baena, *apud* Paula, 1990, p. 14). Já pelo final do século, segundo Tastevin (apud Pozzobon, 1984, p. 228), os índios que ocupavam as margens do Japurá haviam sido exterminados pelos seringueiros que adentravam a região. Após este fato, os Nadüb se tornaram os únicos índios a explorar as praias da região, ricas em ovos de tartarugas. Com o incremento da exploração seringueira no Japurá, porém, estes últimos passaram a explorar a mesma região. Entre 1904 e 1920 ocorreram pelo menos 22 encontros violentos entre os Nadüb ('Maku-Guariba') e seringueiros. Aqueles que não foram exterminados teriam se mudado para o interior da floresta. Schultz (1959, p. 112) parece confirmar esta versão, uma vez que afirma que os índios da aldeia visitada por ele em 1959, no Paraná do Boá-Boá haviam habitado duas outras aldeias mais para o interior da floresta. Tastevin (*apud* Biocca, 1966, p. 490-91) descreve um destes massacres, transcrito por Biocca em seu 'Viaggio tra gli Indi':

10. Processo Funai nº 2403/90, p. 10-51.

Em 1910, seguindo-se ao retorno de muitos seringueiros ao Rio Japurá, os Guariba atacaram e saquearam uma cabana, assassinando um seringueiro. Organizou-se imediatamente uma expedição de represália. Umas duas dezenas de homens sob o comando de um certo Elias Martins entraram no igarapé preto de São José, logo acima do arquipélago do Cumaru (ilha Mamori de Creveaux). Este belo rio vem diretamente do norte e desemboca na margem esquerda do Japurá. Eles chegaram na margem esquerda e entraram na floresta à procura da trilha dos Maku. Seguiram a pista por quatro dias, caminhando rápida e silenciosamente, encontrando enfim uma aldeia composta por duas grandes malocas, cercadas por onze tapiris ou pequenas cabanas. Em cada uma das cabanas havia várias redes cruzadas umas sobre as outras até a extremidade superior do mastro. Ao redor da aldeia, havia grandes plantações de mandioca, ananás, bananas e palmeira de pupunha. Não havia nenhum homem na maloca. A expedição circundou silenciosamente a vila e abriu fogo sobre mulheres nuas que balançavam nas redes, teciam de cócoras no chão ou cozinhavam frutos e raízes sem se aperceber do perigo a seu redor. As que não caíram nos primeiros golpes fugiram para a mata. Quando nada mais se movia, contaram as vítimas: trinta mulheres caídas sobre o próprio sangue. O seringueiro estava cruelmente vingado.

Em 1913 os Guariba desembarcaram no lago do Mapari, no vale da serra do Macupiri. Saquearam a casa de um Kawisana e foram por terra ao Auati Paraná, onde mataram ou raptaram duas moças civilizadas da margem do lago Curimatá. Em 1915 os Maku se encontram com os seringueiros do Paraná do Boá-Boá. No ano seguinte, 1916, se apresentaram numerosos: uma centena, se diz. Desgraçadamente, o patrão de Boa Vista alarmou-se e organizou nova expedição. Mais uma vez esta voltou à maloca, mas os índios não se encontravam. Estes foram encontrados acampados em plena floresta, com seus tapiris de viagem. Foram assassinados um homem e uma mulher, cortaram suas redes e levaram uma criança de sete anos. Os outros índios fugiram. Ao retornarem, os homens da expedição passaram pela maloca: era situada no afluente do igarapé que forma o lago do Boá-Boá, chamado igarapé Boa Vista. Como em 1910, a aldeia era composta por duas malocas e no máximo quinze tapiris, além de duas cabanas cônicas onde havia uma rede e frutas cozidas. A maloca era nova; as árvores de pupunha davam seus primeiros frutos e tinham cerca de três anos. Os seringueiros incendiaram a maloca, quebraram os vasos, cortaram as árvores frutíferas e arrancaram a mandioca. Alguns desejavam matar a criança (...)

Em 1917, os Maku chegaram de noite, sem se fazer notar, próximo a uma cabana na margem direita do Boá-boá, na altura de Santa Fé (barranco Auaras de Creveaux, a 68º 40'), onde escavavam uma sepultura de criança. Supõe-se que queriam encontrar a criança que havia sido raptada. Não a encontrando, quiseram assegurar-se que não estava sepultada ali (...)

Enfim, em cinco de maio de 1920 os Guariba atacaram em massa uma casa no lago de Boa Vista, precisamente a do homem que havia raptado a criança. Na luta morreram dois brancos; foram ainda encontrados os corpos de quatro índios. Naquela época os brancos abandonaram a margem esquerda do Japurá e após 1923 não foram registrados outros encontros.

Estes e vários outros acontecimentos semelhantes foram a tônica da relação entre os Nadüb e os seringueiros na região. Após a expulsão dos seringueiros, um período de relativa calma se seguiu, até que, em 1943, é criado pelo SPI – Serviço de Proteção aos Índios – o Posto de Atração 'Antônio Paulo', com a finalidade de contatar os Maku do Apaporis, precipitado por uma visita, aparentemente amigável, de alguns Maku a um quartel em Vila Bittencourt, onde foram aprisionados dois índios. Esta foi a primeira tentativa do órgão indigenista de contatar um grupo Maku. Tastevin já estivera, em fins dos anos 1920, com os Maku do Rio Jurubaxi, na margem

direita do Rio Negro, contatados uns dez anos antes; mas, nesse caso, aqui o contato dispensou a mediação do então recém-criado órgão indigenista. O referido grupo denominava-se Nadüpa, chamando aos do Paraná Boá-Boá de Nadüb, provavelmente numa tentativa de diferenciação daqueles, com má reputação entre os não-índios (Paula, 1983, p. 16).

No Relatório de Delimitação da Área Indígena Paraná do Boá-Boá, de 1983, Jorge Luís de Paula assim descreve (com base em relatório de Ernesto Migliazza, Fundação Amazônia, 1956) as primeiras tentativas de 'pacificação' dos Nadüb:

> Conta Migliazza que até os anos 50, como de resto até os dias de hoje, era bastante diminuta a presença de moradores não-índios desde o meridiano 66º, à saída do Paraná Boá-Boá, até a altura da vila Bittencourt. Até aquela época, isso deveu principalmente à hostilidade dos Maku.
>
> Somente em 1952, missionários batistas, juntamente com três moradores do Boá-Boá, resolveram tentar uma aproximação. Para isso, deixaram presentes em uma maloca abandonada, no lago Boa Vista. A partir daí, os Maku começaram a aparecer de maneira amigável, primeiramente aos quebradores de castanha, que se embrenhavam nas matas daquele lago. Logo após, visitaram as casas de Pedro Régis e Hildebrando Muniz, na ressaca da Joana, e ainda de outros moradores do Boá-Boá.

O autor ainda discorre sobre a alta incidência de doenças que se seguiu aos primeiros contatos (idem, p. 17).

Pode ser notado, pelos relatos dos viajantes, que entre 1774 e 1929, de um modo geral, os Maku não fizeram grandes mudanças de localização, as exceções sendo os Düw e os Nadüb (Pozzobon, 1984, p. 212). No entanto, há vários níveis de mobilidade dos grupos regionais segundo Pozzobon (1984, p. 215), como a dos grupos locais dentro de cada região e a de grupos domésticos. Entre os Yuhüpde, Düw e Nadüb há fortes evidências de que ocorreram movimentos de grandes grupos (idem, p. 216). Os Nadüb que habitavam preteritamente o Alto Rio Téa, após conflitos com outros Nadüb, migraram para o Baixo Rio Téa e cortaram relações com aqueles. Depois de contatos e conflitos com comerciantes do Rio Negro, mudaram-se para o Jurubaí, permanecendo aí até por volta de 1950, quando uma epidemia de gripe dizimou parte significativa de sua população (idem, p. 221).

Münzel (1969, p. 148-51) dá as razões destes deslocamentos de forma mais detalhada. Depois de se mudarem para o Jurubaí, os Nadüb que haviam entrado em conflito com os Nadüb do Rio Téa – aqueles, chamados por Münzel de Kabori – foram novamente atacados por uma epidemia de gripe e se mudaram para o Tapuruquara, para mais perto dos comerciantes, tornando-se 'protegidos' de um patrão local. Uma parte do grupo se cinde e sobe o Rio Uneiuxi, voltando a estabelecer

contatos com os comerciantes por volta de 1950, quando estes últimos começam a regatear naquele rio, por meio daqueles que permaneceram junto aos comerciantes. Por volta de 1953, os Maku do Japurá teriam atacado os Nadüb, destruindo sua aldeia. Os sobreviventes de tal confronto se refugiaram no lugar onde ainda se encontram.

Em suma, as várias movimentações espaciais dos grupos regionais foram causadas pelas relações entre estes e outros grupos regionais, outros índios ('de rio') e não-índios da região, em especial comerciantes. No entanto, como ressalta Pozzobon (1984, p. 226), apesar de todas estas movimentações e inter-relacionamentos entre membros de diferentes grupos regionais, os limites destes últimos se mantiveram, nunca se confundindo grupos dialetalmente distintos[11].

Os grupos de fogueira – grupos domésticos cuja reunião constitui as casas de uma aldeia – são mais móveis que os demais grupos mais inclusivos. A mobilidade destes parece estar determinada em larga medida pelos interesses econômicos imediatos de seus membros, sendo tais movimentações de curto prazo, via de regra (Pozzobon, 1984, p. 231).

A história dos deslocamentos espaciais das aldeias da Terra Indígena Paraná do Boá-Boá demonstram esses pontos. O Sr. Samuel, líder velho da Aldeia Jutaí, nasceu nas cabeceiras do Lago Maku, que correm em sentido oposto ao Igarapé do Jutaí (Powa-powa). A migração se deveu ao fato de seringueiros estarem, então, na bacia daquele rio, o que causou o afastamento dos Nadüb da região. O contato com os não-indígenas já havia ocorrido. O grupo que deixou o local era movido por um projeto de afastamento estratégico dos últimos. Estabeleceram-se inicialmente próximo à cabeceira do Powa-powa, movendo-se para o atual sítio da Aldeia Jutaí posteriormente. Por esta mesma época, um regatão entrou em contato com os mesmos, convencendo-os a explorar seringa, que passou a comprar. Ao que tudo indica (e segundo depoimentos de informantes mais velhos) esta relação com o regatão era muito mais benéfica para a autonomia dos Maku que aquela anterior, diretamente com seringueiros.

As relações com aqueles na Terra Indígena Uneiuxi já eram freqüentes neste tempo: havia, na época, um varadouro (um caminho) que saía da cabeceira do Lago Maku até Boa Vista, partindo daí para o Cumaru e para a localidade de São Pedro. Deste local, partia para a cabeceira do

11. Münzel (1969, p. 152) parece divergir desta opinião, ao afirmar que " (...) tratam-se de grupos muito instáveis, que facilmente mudam de lugar, num processo ora de desagregação, ora de aglutinação grupal (...) [c]onstituem exceção os kabori de Roçado, que sempre continuaram no Unieuxi, sem dissolução do grupo, nem integração de outros Maku, e os Nadüb."

Jutaí. São Pedro era um povoamento de seringueiros, localizado na boca do Cumaru com o Rio Japurá. Segundo informantes, ainda há seringueiros neste local. Na região do Cumaru morava a família do Sr. Ramiro, atual líder da Aldeia Jeremias. Boa Vista era a localização antiga da aldeia - na atual Terra Indígena Uneiuxi – cujos descendentes se encontram hoje na Aldeia do Roçado. Várias malocas existiam nesta região entre as duas aldeias, isto é, entre aquelas das atuais Terras Indígenas Paraná do Boá-Boá e Uneiuxi. A região era constantemente percorrida por caçadores de ambos locais, que nesta época caçavam muito mais que atualmente. O primeiro contato dos moradores da aldeia com seringueiros foi feito por um casal que fugiu da aldeia. Após isso, vários indígenas – entre eles, Samuel – cortaram seringa para os seringueiros de São Pedro, na desembocadura do Cumaru. A seringa era abundante na várzea, na região do Paraná do Boá-Boá, segundo o Sr. Samuel. No entanto, a mesma não existia na cabeceira do Jutaí. Percebe-se assim a relação constante de ambos os grupos Nadüb, desde tempos pretéritos.

Organização social e política: a aldeia e seus habitantes

Pozzobon, em seu artigo virtual sobre os Maku na *home-page* do ISA[12], assim descreve a organização de uma aldeia Maku 'típica':

As aldeias Maku tradicionais variam entre 25 e 30 habitantes – cerca de seis grupos domésticos. O grupo doméstico Maku se compõe de marido, esposa ou esposas, filhos solteiros e eventuais agregados, que podem ser parentes próximos, viúvos ou solteiros, do marido ou da esposa ou esposas. Em geral, cada grupo doméstico possui sua própria fogueira, em torno da qual seus membros se reúnem para dormir e para comer. Quanto às casas, resumem-se a tapiris sem paredes, podendo abrigar de um a quatro grupos domésticos (fogueiras), ligados por laços próximos de parentesco, que podem ser tanto patri quanto matrilaterais. Uma aldeia de 25 habitantes costuma ter cerca de três casas. Estas se situam numa clareira, no cimo de uma colina, perto de um igarapé não navegável. As roças se distribuem em torno das casas ou em clareiras próximas (de 5 a 60 minutos de caminhada), que vêm a ser antigos locais de aldeia. Cada grupo doméstico possui em média duas roças de 50X50 m, sempre em clareiras comunais.

Estas aldeias se concentram em aglomerados, distando entre si não mais de um dia de caminhada, às vezes consideravelmente menos. A este aglomerado de aldeias se dá o nome de 'grupo regional', comumente falando um dialeto distinto da mesma língua. Há forte endogamia de grupo regional (isto é, 'endogamia dialetal'), com os membros de um mesmo destes grupos se conhecendo pelo nome e/ou relação de parentesco que os une. Isto não ocorre em relação a membros de grupos regionais distintos. Há uma taxa de endogamia de cerca de 80% no interior de um dado grupo dialetal. O território de um grupo dialetal é aquele correspondente à justaposição dos distintos territórios de caça, contíguos, de suas várias aldeias. Numa aldeia 'média', seus habitantes masculinos adultos caçam a até 10 km da mesma, numa média de 8 acampamentos de caça.[13]

12. http://www.socioambiental.org/pib/epi/maku/sociorg.shtm
13. Pozzobon, in http://www.socioambiental.org/pib/epi/maku/sociorg.shtm

Schultz (1959, p. 111-112) assim descreve a aldeia Nadüb do Paraná do Boá-Boá, que ele visitou em 1959:

> A aldeia consistia em cinco casas colocadas em retângulo, sendo duas numa das abas e três na outra, com trinta e cinco habitantes, sendo cerca de vinte adultos e quinze crianças.
>
> Um terreiro, limitado por extenso roçado e pela selva, ligava as casas, das quais três eram muito pequenas e duas consideravelmente maiores (...).
>
> As casas atuais são de duas águas, com os lados abertos, e cobertura de palha de palmeira.
>
> (...)
>
> Informou o Sr. Hildebrando Muniz que, antigamente, estes Maku tinham maloca constituída de uma única casa grande, em forma de colméia, construção que já abandonaram há muitos anos. Durante uma excursão pela mata adjacente, deparei com duas aldeias abandonadas, que, segundo o estado em que se encontravam deviam ter sido abandonadas de cinco a oito anos atrás. Estas aldeias tinham casas retangulares, como as atuais, sendo que numa delas formavam um retângulo e na outra duas fileiras paralelas. Ambas as aldeias tinham cinco casas, com grupos de três pequenas e duas grandes.

Não parece haver autoridade política no sentido estrito do termo, nem instituições que arbitrem as freqüentes disputas pessoais dos habitantes de uma mesma aldeia. O papel do líder é de coordenação de atividades coletivas (como caçadas) e de anfitrião, sendo assim descrito por Pozzobon:

> Trata-se em geral de um homem de meia idade, ainda forte para caçar e com muita experiência no assunto, em torno do qual se reúnem cinco ou seis grupos domésticos, cujos cabeças são seus filhos ou seus genros. Ele não tem autoridade para julgar quem está certo ou quem está errado numa briga. O líder que tenta fazê-lo não está livre de apanhar durante a briga ou de assistir à deserção irrevogável de expressiva parte de seus filhos ou genros. Assim, a dispersão espacial temporária é a única forma de evitar a fissão definitiva da aldeia por ocasião de algum conflito. Mas, dependendo da gravidade, a fissão pode ser inevitável: alguns grupos domésticos não voltam mais para a aldeia de origem, estabelecendo-se em aldeias vizinhas, onde têm parentes próximos, ou fundando nova aldeia.

Percebe-se que o que conforma a aldeia é um conjunto de relações individuais, não entre seus habitantes em geral, mas destes com o líder, que se torna assim o ponto nodal desta rede de relações, tomadas em seu conjunto. Estas relações são interpessoais, isto é, não relações entre pessoas e 'cargos' como o de 'chefe', mas relações de caráter marcadamente pessoal e não-hierárquico, sendo o líder um repositório de habilidades específicas (em especial na caça), mais que de 'autoridade' ou 'poder'.

A bilateralidade na composição da aldeia, onde estão presentes tanto filhos quanto genros do líder, revela outra característica desta forma de organização 'política'. A terminologia de parentesco – como em boa parte da Alta Amazônia – é do tipo dravidiano, implicando em uma bissecção

entre primos cruzados, com quem o casamento é preferencial, e primos paralelos, interditos ao matrimônio. A relação prototípica da amizade masculina é aquela entre cunhados, homens que 'trocam' irmãs 'reais' ou 'classificatórias' (isto é, primas paralelas). Amizade implica aqui não só em co-residência mas também em atividades conjuntas, em especial a caça. Esta amizade constitui a base da estabilidade de uma aldeia, composta idealmente por um grupo de cunhados (sem grandes atritos em suas relações interpessoais) reunidos em torno de um pai ou genro de grande habilidade nas tarefas masculinas cotidianas, em especial a caça, atividade econômica mais importante para os povos Maku, essencialmente caçadores.

A bissecção dravidiana entre primos cruzados/afins e primos paralelos/consangüíneos encontra paralelo na organização clânica Maku, que não é localizada espacialmente como no caso dos 'índios de rio' da região do Noroeste Amazônico. Os clãs patrilineares exogâmicos são classificados de forma consistente com a terminologia de relacionamento. Os clãs se classificam como 'afins' e 'consangüíneos' (ou 'irmãos' e 'cunhados'), da mesma forma que os 'primos' são classificados como 'casáveis' e não-casáveis', ou 'irmãos' e 'cunhados'. Desta forma, cada aldeia tem habitantes masculinos de ao menos dois clãs afins. Clãs possuem estoques de nomes pessoais, de forma que o nome em si mesmo já indica ao ouvinte a identidade clânica e o status matrimonial do falante.

As aldeias contemporâneas da Terra Indígena Paraná do Boá-Boá não são mais construídas da forma tradicional que se conhece das aldeias Maku.

Se a arquitetura e a distribuição espacial das residências mudaram, já antes de 1950, certamente por influência dos seringueiros em ação no local desde então, ainda assim sua espacialidade não deixa de refletir sua organização social, o que pôde ser observado quando da realização do censo habitacional.

A Aldeia Jutaí, tal como se encontrava em 2005, era habitada por 114 indivíduos; e a Aldeia Jeremias, por 51 indivíduos.

Nota-se, em relação a esta aldeia, uma forte presença de indivíduos provenientes tanto da Aldeia do Roçado (na Terra Indígena Uneiuxi) quanto da Aldeia Kanamari.

Observa-se ainda em ambas que a transformação da forma 'tradicional' de moradia, de maloca (cercada de pequenas choças de 'fogos' correspondendo a famílias nucleares) para aldeia criou também um 'contrabalanço' da uxorilocalidade tradiconal: ainda que a distribuição populacional nas residências atuais demonstre uma tendência para a uxorilocalidade de residência, a tendência para concentração de um grupo de siblings[14] em uma mesma aldeia – em especial grupos de siblings do sexo masculino, como é o caso da Aldeia Jutaí – a anula, ao nível da aldeia. Assim, siblings do sexo masculino passam a viver em um mesmo espaço físico, ainda que não em uma mesma residência, o que certamente contribui para cimentar relações que mantêm a estabilidade da aldeia como um todo, para além do usual em uma maloca 'tradicional' Maku.

14. Isto é, grupos de irmãos, de ambos sexos.

Uso do território

Usos históricos do território

O relatório de delimitação da Terra Indígena Paraná do Boá-Boá (Paula, 1983) assim descreve o aspecto econômico da vida social Maku:

> Os Maku-Nadüb são tradicionalmente conhecidos como nômades e essencialmente caçadores. Profundos conhecedores da mata, que é o seu habitat natural [sic], deslocavam-se em várias trilhas, em grupos nucleares isolados, em busca da caça. Nestes deslocamentos habitavam tapiris improvisados, levavam poucos víveres e quase nenhuma bagagem. Alimentavam-se exclusivamente do produto da caça e da coleta.
>
> Ao redor da aldeia se desenvolvia uma agricultura incipiente, cujos principais produtos eram a macaxeira, a banana e a pupunha, de importância fundamental na sua alimentação.
>
> A pesca nos igarapés era também outra atividade importante, sendo o matrinxã seu produto mais apreciado. Era feita geralmente com o envenenamento por ervas e raízes, das quais conheciam várias espécies.
>
> Durante dois séculos, conseguiram eles conter as frentes de expansão extrativistas que tentavam avançar sobre seu território. Porém, quando já reduzidos e ameaçados por doenças, terminaram por se render, iniciando aí uma nova fase de sua história.
>
> Vindo habitar na beira dos lagos, passaram a se dedicar ao extrativismo, especialmente da castanha, que era entregue aos 'patrões' do Boá-Boá ou aos 'regatões', em troca de produtos industrializados.
>
> Sua agricultura não se desenvolveu, ficando restrita às necessidades mínimas de sobrevivência. Tornaram-se extremamente dependes de produtos que não conseguiam adquirir por seus próprios meios [sic], tais como: sal, açúcar, roupas, etc.
>
> A pesca nos lagos e igarapés apresenta-se como importante fonte alternativa de subsistência.
>
> Atualmente, ainda dedicam-se à coleta da castanha, abundante em toda a região, prejudicada, no entanto, pela desvalorização do produto, comercializado com os regatões.
>
> O artesanato é comercializado com os regatões e com os missionários, sendo feitos vassouras, cestos, zarabatanas, carcás para flechas, colares, etc.
>
> A madeira é abundante, sendo as espécies mais comuns o louro, inamui, jacareúba, copaíba, cedro, etc (...). A invasão de madeireiros vem ocorrendo sempre, colocando um sério risco ao patrimônio da área indígena."

De acordo com Pozzobon (1984, p. 69-70), os Maku exploram três tipos de ambientes: as aldeias ribeirinhas, acampamentos e a sua própria aldeia. No caso dos Nadüb do Boá-Boá, seus dois ambientes são a aldeia – em volta da qual se concentram as roças – e os acampamentos, estes últimos também para propósitos de comercialização, isto é, para a coleta da castanha. O autor observa que Münzel, quando de seu trabalho de campo, em 1969, registrou algo semelhante para os Nadüb: o trabalho para comerciantes, o cultivo aldeão e as expedições de caça partindo dos acampamentos. A exploração alternada destes três ambientes pelos Nadüb, segundo Pozzobon, pode ser o resultado de um processo histórico no qual os Maku, que seriam caçadores 'puros', teriam adquirido a expertise da exploração de outros ambientes – e de outras formas de exploração dos mesmos – a partir de seu longo contato com os 'índios do rio' da região. Estes teriam sido, recentemente, substituídos pelos não-índios. O autor afirma mesmo que seriam os acampamentos de caça e coleta que representariam uma vida verdadeiramente Maku (idem, p. 112).

Münzel (1969, p. 152-54) descreve mais detalhadamente as atividades econômicas dos Nadüb do Uneiuxi, com listas dos produtos consumidos e/ou produzidos para troca ou comercialização.

Na atualidade, os Nadüb da Terra Indígena Paraná do Boá-Boá fabricam uma quantidade variável de vassouras para a venda na cidade de Japurá - AM (Limoeiro), em ambas as aldeias. Da mesma forma, vários homens mais jovens fabricam artesanato (anéis, colares, pulseiras, etc.) de fácil comercialização no mesmo local, usualmente de fibras e cocos (tucum). A comercialização destes produtos não é constante, dependendo da demanda, muito variável, da cidade próxima, uma vez que os indígenas não dispõem de meios para transportar e oferecer seus produtos em mercados mais distantes, como Tefé ou Manaus. Ainda comercializam castanha-do-brasil e seringa prensada, em quantidades pequenas, tanto na cidade de Japurá quanto na localidade de Saracura. Aqui, novamente, a impossibilidade de transporte da produção faz com que os indígenas dependam de atravessadores (regatões, no caso da castanha) para a comercialização do produto, o que a torna pouco atraente. Desta forma, a exploração se mantém em pequena escala. Outro produto extraído, explorado nas mesmas condições, é o cipó-titica, para confecção de vassouras.

Ainda, por influência de missionários protestantes que se instalaram há algum tempo na Aldeia Jutaí (onde possuem, inclusive, uma residência e um centro de culto), os mais velhos – que ainda detêm o conhecimento da fabricação de tais artefatos – fabricam as compridas zarabatanas características destes povos e seus dardos envenenados, tendo fabricado grande quantidade de ambos (fala-se em algo em torno de 500 zarabatanas, o que implicaria em cerca de 2.500 dardos envenenados), que foram entregues aos missionários que trabalhavam no local para venda 'no exterior', segundo afirmam os indígenas. Atualmente, as atividades missionárias são realizadas por um pastor residente na cidade de Maraã - AM, que se desloca para a Aldeia Jutaí em uma pequena embarcação de sua propriedade, cerca de uma ou duas vezes por mês. Aparentemente, este missionário não se interessa pela produção de zarabatanas para comercialização.

É preocupante a retirada de tais artefatos, sem qualquer controle, da Terra Indígena Paraná do Boá-Boá, principalmente pelo fato de o veneno utilizado na confecção dos dardos ser um fármaco não pesquisado cientificamente. A retirada deste produto impregnado na grande quantidade de dardos que, supõe-se, saiu da Terra Indígena, junto com o grande número de zarabatanas encomendadas pelo pastor que com eles trabalhava anteriormente seria suficiente para configurar crime de biopirataria. Recomenda-se ao órgão indigenista investigar sobre o paradeiro do mesmo e, para o futuro, exercer algum tipo de fiscalização sobre a saída de semelhante material da Terra Indígena, sem autorização legal.

A vida social voltada para a caça e a coleta fez com que os Maku, segundo Pozzobon (idem), se utilizassem em proveito próprio das relações hierarquicamente desfavoráveis com os 'índios do rio' locais (que têm aos Maku como 'escravos', ainda que a relação não implique obrigatoriedade) para ter acesso a suas roças, até 80% mais produtivas que as dos próprios Maku. Desta forma, os Maku, segundo Pozzobon:

> "(...) aceitam ser 'escravos' pelas evidentes vantagens que isso lhes traz: eles têm acesso aos produtos cultivados sem terem de arcar com as conseqüências da sedentarização necessária à produtividade agrícola semelhante à dos Tukano (cerca de dez toneladas de tubérculos por grupo doméstico por ano, ao passo que a dos Maku não chega a ter três toneladas)".

Na atualidade, porém, os Maku do Paraná do Boá-Boá, que não mais baseiam suas estratégias alimentares em torno da atividade da caça, substituindo-a pela pesca, ainda mantêm relações de caráter semelhante, se não com 'índios de rio', com um agricultor não-índio, utilizando-a estrategicamente para complementar sua própria produção agrícola. Assim, a caracterização destas relações como um epifenômeno de atividades caçadoras não se sustenta.

Uso atual do território – as áreas de uso e ocupação

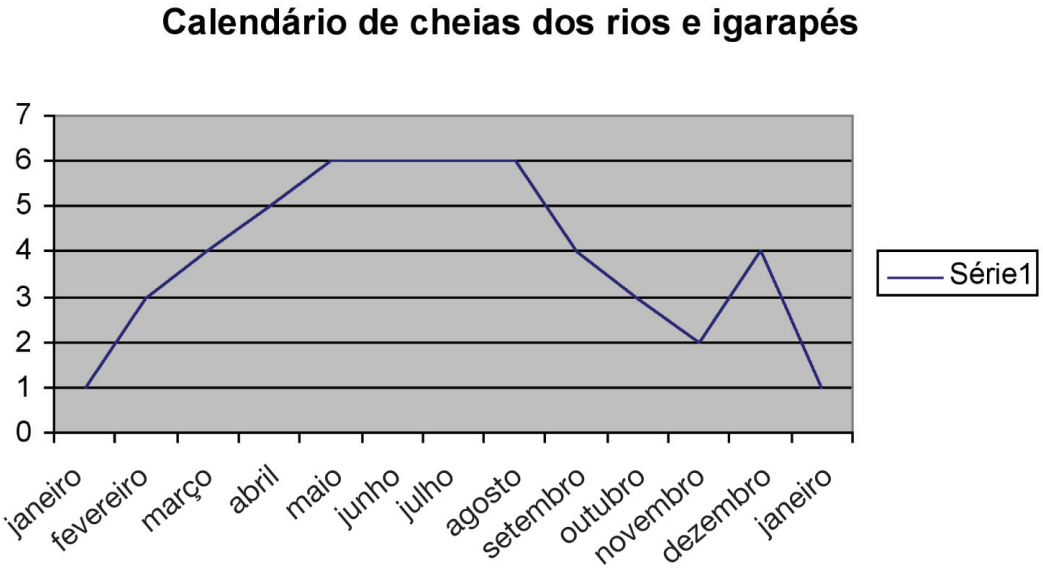
Os deslocamentos mais tradicionais dos Maku eram realizados através da mata fechada, em caminhos muito estreitos que eram reconhecidos somente pelos indígenas, especialmente aqueles deslocamentos de curto prazo realizados pelo grupo doméstico como decorrência da atividade principal de caça. Os deslocamentos atuais dos grupos domésticos são feitos, preferencialmente, pelos cursos de água e os terrestres não superam os 1,5 a 3 km por dentro da mata. Ainda que os caminhos mais antigos sejam identificados pelos membros do grupo, eles não têm sido percorridos e se encontram fechados pela mata densa do sub-bosque nesta Terra, demonstrando que a mobilidade do grupo, que ocupa com maior intensidade uma outra parcela do território, se deslocou em função da mudança da atividade principal, a pesca.

As áreas de uso se encontram mais próximas dos igarapés, lagos e do paraná, formando zonas de ocupação, algumas permanentes, como no caso das duas aldeias e das roças localizadas nas proximidades; outras temporárias, como é o caso das áreas nos outros lagos presentes na Terra Indígena; outras ainda de uso sazonal, como é o caso dos igarapés e do paraná. Os deslocamentos atuais configuram dois ambientes culturais de ocupação, quais sejam, a aldeia e os acampamentos temporários, a partir dos quais suas atividades se desenvolvem, tanto para o cultivo, a coleta ou a pesca e caça, de forma permanente, temporária e sazonal, mantendo dessa forma aspectos culturais tradicionais. Um terceiro ambiente, de interconexão entre os dois anteriores ou de trânsito, é que evidencia a grande mudança ocorrida pela migração Maku. Não mais a mata é o local privilegiado para as conexões, mas o rio e igarapés, o que de certa forma intensifica a possibilidade da relação 'tradicional' semelhante ao que ocorria com os 'índios do rio' e agora realizada com outros atores regionais. Todo o deslocamento de maior

dimensão é realizado por este meio aquático. Os deslocamentos pela mata raramente ultrapassam os três quilômetros e ocorrem somente quando há interesse em uma coleta de maior quantidade de cipó-titica.

As áreas de uso e ocupação territorial estão preferencialmente localizadas em região de Floresta Ombrófila Aberta e, no seu interior, incluem subunidades ambientais muitas vezes definidas pela presença de determinada espécie de frutífera (o miritizal, o araçaizal, etc.) ou pelas características físicas da área, como no caso do 'chavascal' (área periodicamente alagada de difícil travessia, normalmente um baixio próximo aos igarapés) ou restingas (terras mais altas que permanecem secas mesmo no tempo das cheias nas margens dos rios). Não há grandes diferenciações entre estas áreas. Há ocorrência das mesmas espécies como característica da dispersão florestal nesta região amazônica, bem como os solos se restringem aos Podzólico Vermelho-Amarelo e Gleissolos.

O calendário de cheias dos rios e igarapés determina a distribuição no tempo das atividades dos Maku pelas diversas áreas localizadas na Terra Indígena. Relacionado também à estação chuvosa, este calendário determina a frutificação das espécies e, portanto, a disponibilidade dos recursos ao longo do ano.



Aldeia Jeremias

Localizada às margens do Paraná do Boá-Boá, é de ocupação permanente e recente, três anos. Em área ocupada pela Floresta Ombrófila Aberta sobre solos Gleissolos, a aldeia está localizada em um descampado desprotegido, facilmente alcançável pelo Paraná do Boá-Boá. Está situada sobre uma restinga, permanecendo ilhada no período das cheias do Paraná do Boá-Boá. Dista 24 km da cidade de Japurá (conhecida como Limoeiro), sede do município do mesmo nome, no Estado do Amazonas.

Espaços restritos estão disponíveis para a implantação das roças nas proximidades da aldeia, pois, situada em restinga, no período das cheias fica isolada das áreas de roça, obrigando seus habitantes a fazerem uso de embarcações para terem acesso ao alimento diário. O uso de embarcações é fundamental também para a obtenção da pesca, que em determinada época do ano tem que ser buscada no Igarapé Preto, a leste da aldeia, descendo o Paraná do Boá-Boá.

Aldeia Jutaí

Mais interiorizada, fica às margens do Lago Jutaí, que desemboca no Paraná do Boá-Boá, bem no início da formação do lago pelo Igarapé Jutaí ou Powa-Powa. Ocupação permanente mais antiga, mas posterior a migrações para o lago em locais mais próximos da sua embocadura no Paraná do Boá-Boá, está situada sobre Floresta Ombrófila Aberta e possui solos Podzólicos Vermelho-Amarelo.

Em local protegido e distante das rotas de navegação dos regionais, tem na infra-estrutura disponível — posto de saúde e escola — uma forte aliada para a permanência do grupo. Entretanto, nota-se o esgotamento das áreas de roça localizadas nas proximidades, com a

busca por locais mais distantes, ao longo do Igarapé Powa-Powa, como alternativa para aumentar a produtividade das roças.

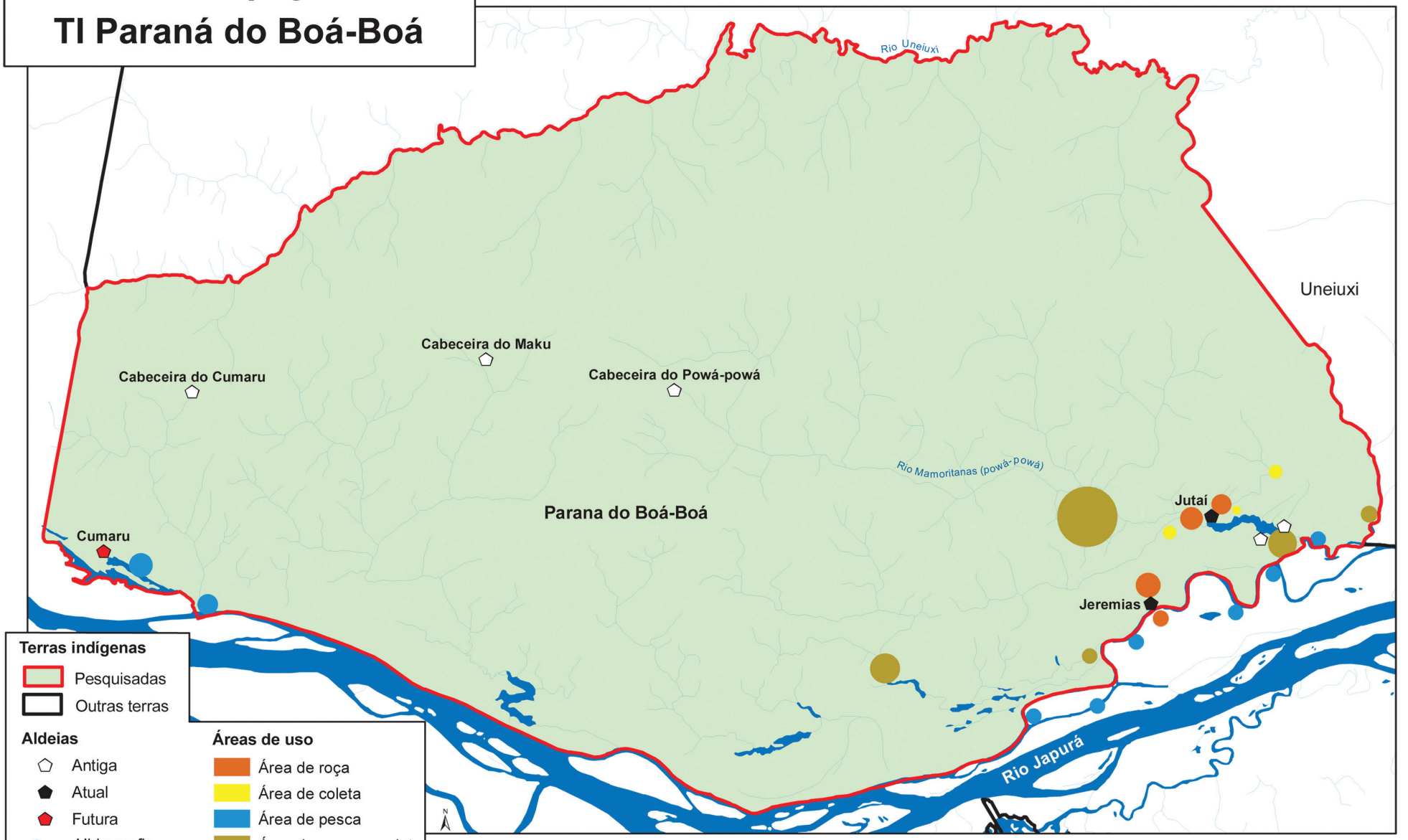
Pela imagem de satélite pode-se constatar o esgotamento das áreas próximas, intensamente ocupadas pelas roças dos Maku. Por outro lado, sua localização facilita o acesso aos recursos da pesca, virtualmente no “quintal da casa”, nas duas épocas do ano.

Área de coleta – Boá-Boá

Esta área se estende entre o Paraná do Boá-Boá, na altura da Aldeia Jeremias, e o Igarapé Powa-Powa, também chamado de Jutaí, que é tributário do Lago Jutaí. Com muitos chavascais que dificultam o acesso, esta área é o local utilizado pelos habitantes da Aldeia Jeremias para a coleta de frutos e a coleta das hastes de patauá. Exige deles um grande esforço e a demarcação de caminhos que estão ainda por serem abertos.

Ocupada por Floresta Ombrófila Aberta, tem uma grande parcela inundada periodicamente. Predominam as palmeiras, são preferencialmente buscadas a paxiúba *(Iriartea ventricosa)* e o patauá *(Oenocarpus bataua)*. Entre as frutíferas, as de maior ocorrência são o miriti e o açaí, esta última de ocorrência já mais próximo do Igarapé Powa-Powa, exigindo caminhadas maiores. Pela sua localização, pode ser considerada uma extensão da área de ocupação permanente da Aldeia Jeremias.

Uso e ocupação na TI Paraná do Boá-Boá



Elaboração: Funai / PPTAL

Fontes: Bases cartográfias Funai / DAF / PPTAL; Levantamento Etnoecológico 2003

Área de coleta – Maripi

O caminho para esta zona de ocupação corta as áreas de roça em Floresta Ombrófila Aberta e alcança as cabeceiras do Igarapé Maripi já em Floresta Ombrófila Densa, com a predominância de cipós. O cipó de interesse para o grupo nesta região é o cipó-titica *(Heteropsis flexuosa).* Nesta área também há ocorrência da castanha-do-brasil *(Bertholletia nobilis Miers.),* cujo fruto, que pesa entre 500 a 1.500 gramas e contém 15-24 sementes, é muito apreciado pelo grupo, completando sua dieta alimentar em determinado período do ano. Como a castanheira ocorre agregada como um grupo, nesta área há conglomerados com 10 a 20 pés de onde são coletados os frutos, principalmente por Samuel, liderança da Aldeia do Jutaí. Pode ser considerada, pela sua localização, uma área anexa à área de ocupação permanente da Aldeia Jutaí.

Área de coleta - Varadouro Uneiuxi

Esta é a área mais interiorizada entre as percorridas atualmente pelo grupo. Antigo caminho para a Aldeia do Roçado, é a principal área de ocorrência e extração do cipó-titica. Situada em Floresta Ombrófila Densa, é uma continuidade da área de uso anterior, mas pode ser considerada como ocupação temporária com a presença de acampamentos antigos que ainda podem ser alcançados. A distância de mais de três quilômetros é percorrida pelos homens mais jovens, que vão em busca de coleta de cipó-titica em maior quantidade quando há demanda pela produção de muitas vassouras para venda. Por exemplo, quando está prevista alguma viagem para centros mais distantes como Tefé - AM.

A área é percorrida principalmente no inverno, isto é, na época das chuvas, em que também pode acontecer a atividade de caça, caso esta seja encontrada pelo caminho. Entretanto, tem sido pouco usada como caminho para a Aldeia do Roçado, pois em um outro local, mais a leste desta terra indígena, foi aberto recentemente um novo caminho pelos moradores da Aldeia do Roçado (T. I. Uneuixi) para acesso à cidade de Japurá - AM.

Área de pesca - Igarapé Matrinxã

O nome do igarapé é devido à presença dessa espécie de peixe. Tributário do Lago Cumaru, pode ser alcançado pela sua entrada. Tem na sua água preta e na presença de frutíferas nas suas margens o principal atrativo para a migração trófica dessa espécie, o matrinxã. No início das cheias, os matrinxãs saem do igarapé em busca dos rios maiores para realizarem a migração reprodutiva. As fêmeas encontram-se ovadas ao final do período das secas.

Este fato atrai pescadores comerciais, exigindo fiscalização intensa na área, já que há o risco de sobrepesca desta espécie. Localizada na extremidade oeste da Terra Indígena, dista 75 km da Aldeia Jeremias. Visitada esporadicamente, é parte do território tradicional próximo à antiga Aldeia Cumaru. Recentemente, a ocupação desta área tem sido dinamizada pelas visitas do grupo da Aldeia Jeremias que se propõe a voltar a instalar moradia permanente nesta região como forma de dar proteção ao limite oeste da Terra Indígena Paraná do Boá-Boá.

Apresenta Floresta Ombrófila Aberta nas suas margens em áreas inundáveis, com floresta de igapó.

Área de pesca - Lago Cumaru

Área tradicional do povo Maku, especialmente do núcleo familiar do Sr. Ramiro, foi habitada até por volta de 1970 quando uma epidemia de varíola dizimou quase toda a população, forçando o deslocamento para o Lago Jutaí dos que sobreviveram.

Lago de águas pretas e com muitas frutíferas nas suas margens, é também atrativo para a migração trófica dos peixes da bacia do Amazonas/Solimões. Tem sido visitada pelo grupo instalado na Aldeia Jeremias que tem planos para retornar sua moradia para este local como forma de dar proteção a uma parcela da Terra que tem sofrido freqüentes invasões de pesqueiros vindos de longe e que inclui, como extensão desta, a área anterior.

Suas margens são ocupadas por Floresta Ombrófila Aberta em áreas inundáveis, com floresta de igapó. Os habitantes desta área até 1970 eram originários das cabeceiras do Igarapé Matrinxã em área próxima à região ocupada por campinarana; está ainda na lembrança do Sr. Ramiro a existência de uma área com areias brancas e árvores menores.

Área de pesca - Paraná do Boá-Boá

O Paraná do Boá-Boá é um braço do Rio Japurá. Por isso, mantém as mesmas características deste grande rio. Com águas brancas, tem grandes quantidades de peixes grandes, os bagres migradores da Amazônia.

Os habitantes da Aldeia Jeremias são os principais usuários desta área como uma extensão da ocupação permanente. Exercem nela atividades de pesca comercial que é disputada com os regionais, uma vez que o limite da Terra Indígena passa pela sua margem esquerda, deixando de fora do controle dos indígenas e da exclusividade de uso todo o braço do rio, este paraná.

Área de pesca e coleta - Igarapé da Joana

Localizada no limite leste da Terra Indígena, tem como principal atrativo um antigo morador no local que mantém laços de amizade com o grupo e solicita todo ano a presença do grupo para dividir as tarefas da roça e produção de farinha em troca de produtos da mesma. Esta relação, do tipo comumente descrito na literatura etnológica (nas relações entre os Maku e outros povos indígenas) como uma relação hierárquica, é na verdade uma relação de cooperação entre ambas as partes – portanto uma relação de caráter simétrico – onde tanto o morador quanto os indígenas ganham, um por poder contar com trabalho coletivo (de difícil obtenção de outro modo), enquanto que os Maku podem contar com um *input* de produtos agrícolas para complementar a produção de suas roças, de resto bastante baixa.

Lá também podem ser encontradas castanheiras que são exploradas para completar a quantidade necessária para a venda e este local constitui um acampamento temporário de ocupação Maku.

Área de pesca e coleta - Igarapé Powa-Powa (ou Igarapé Jutaí)

Esta área é intensamente ocupada e percorrida pelos indígenas da Aldeia Jutaí. Também é alcançada pelos habitantes da Aldeia Jeremias através de um varadouro que segue deste igarapé até o Lago Sinuca.

A área de pesca e coleta se estende por até 20 km igarapé adentro. Suas margens são ocupadas por Floresta Ombrófila Aberta com predominância de palmeiras. Muitas espécies de peixes são encontradas neste igarapé que oferece uma boa alternativa para os habitantes da Aldeia Jutaí em época de águas baixas. O uso do timbó acontece neste igarapé com a participação das mulheres na pescaria.

A pesca com timbó (*du:i*) é uma atividade coletiva de caráter festivo, realizada nos igarapés pequenos na região. Estes necessitam ser cercados para evitar que os peixes saiam para os rios. Usualmente toda a aldeia participa da atividade, cujo produto é consumido o mais das vezes no próprio local da pescaria, com uma parte pequena da produção sendo trazida de volta para a aldeia. Além do timbó, usa-se também dois tipos de folhas como veneno para pescaria, conhecidas como ***kantibnã*** (folha de pequenas dimensões, redonda) e ***k`ynabêb*** (folha larga, de cor verde mais clara). Estas são colocadas em cestos (até que estes estejam abarrotados) que são batidos dentro de água, liberando uma substância que, assim como o timbó, atordoa os peixes que sobem à superfície, permitindo sua fácil captura, inclusive com as mãos nuas.

Área de pesca e coleta - Igarapé Preto

Este igarapé está próximo da Aldeia Jeremias, tem suas margens completamente inundadas e ocupadas por floresta de igapó, é usado principalmente pelos habitantes desta aldeia para a pesca de pequenos peixes na época mais seca. De fácil acesso pelo Paraná do Boá-Boá, é freqüentado por todos os membros da Aldeia Jeremias, inclusive pelos jovens.

Área de pesca e coleta - Lago Jutaí

Intensamente utilizada pelo grupo da Aldeia Jutaí e também pelos habitantes da Aldeia Jeremias. Esta foi a área da primeira migração Maku, o descimento. Muitos cemitérios estão localizados em suas margens, o que, a julgar pela característica cultural dos Maku de enterrarem seus mortos próximos ou mesmo dentro de casa, configura uma antiga ocupação permanente Maku.

Neste lago, como característica de todos os lagos de água preta da Terra Indígena, ocorre também a migração trófica do principal peixe da região, o matrinxã. Isto constitui ao mesmo tempo uma fartura de proteína animal em determinada época do ano e risco de sobrepesca e de invasão pelos pescadores comerciais da região. Para a pesca comercial importa o momento em que o lago começa a encher e os matrinxãs, gordos e ovados, se deslocam para a migração reprodutiva no grande rio. Se o momento facilita a pescaria, pois todos os matrinxãs estarão se deslocando pelo pequeno canal que liga o lago ao Paraná do Boá-Boá e este é o local escolhido para permanência do barco pesqueiro, o risco de extinção da espécie torna-se maior, pois impede a migração seguinte à trófica que é a reprodutiva. Muitos matrinxãs são impedidos de darem continuidade ao seu processo reprodutivo de desova.

Área de pesca e coleta - Lago Sinuca, Lago Maku de Baixo e Lago Maku de Cima

Os lagos na Terra Indígena são locais de moradias temporárias dos Maku de ambas as aldeias. Os Maku têm o hábito de se deslocarem para os lagos por períodos curtos, de uma a duas semanas, e lá permanecem coletando frutos, cipós e castanha.

Nas margens de cada um dos lagos há pequenas ilhas de recursos naturais com concentração de castanheiras. Pelas características já citadas de dispersão das espécies, o acesso a essas ilhas é fundamental para compor uma quantidade significativa de castanha a ser comercializada. Essas pequenas concentrações de castanha-do-brasil também acontecem em áreas mais internalizadas na Terra Indígena. No entanto, o acesso mais fácil, necessário para o escoamento da produção pelos lagos, igarapés e rios faz com que os Maku tenham preferência pelos locais ribeirinhos para a coleta dos frutos.

Área de roça na Aldeia Jutaí

Localizada em Floresta Ombrófila Aberta, sobre solos Podzólico Vermelho-Amarelo, de baixa fertilidade, está bastante esgotada, apresentando baixa produtividade. Na imagem de satélite, esta área é bastante visível pela sua extensão e por encontrar-se com vegetação de baixo porte, mesmo nas áreas já abandonadas pela atividade agrícola. A regeneração da floresta parece mais lenta na região, capoeiras mais antigas apresentam um ambiente com poucas árvores, ralo.

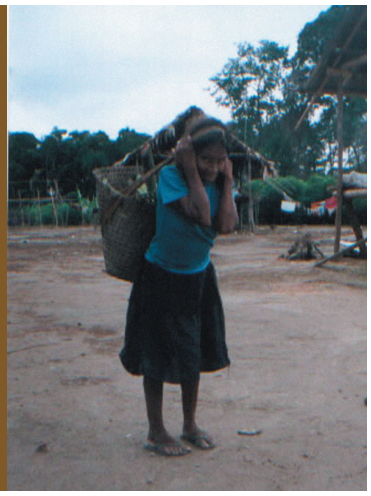
Algumas pragas impedem o florescimento de certas espécies de bananas. Pode ser também, a julgar pela presença de manchas amareladas nas folhagens das bananeiras, que uma baixa disponibilidade de magnésio possa estar afetando seu florescimento.

Enfim, o esgotamento desta área já foi percebido pelos Maku, que estão implantando suas roças novas em outros locais, sejam estes mais internalizados, como é o caso do filho do Ramiro na direção do Varadouro Uneiuxi, sejam ao longo do Igarapé Powa-Powa.

Área de roça próxima à Aldeia Jutaí

As roças mais recentes estão sendo implantadas ao longo do Igarapé Powa-powa. Nas suas margens vão sendo distribuídos os locais conforme as relações sociais e de parentesco. Na margem esquerda, próxima da Aldeia Jutaí, estão localizadas as roças do líder Samuel e seus familiares próximos. Na outra margem, estão as famílias descendentes de outro antigo líder, o “Macaco”.

Com o esgotamento da área mais próxima da aldeia e por contarem com embarcações movidas por motor de popa obtidos com o prefeito de Japurá, fica facilitado o acesso pelo igarapé até os novos locais de implantação das roças. Apesar disso, o solo tem as mesmas características e, portanto, as mesmas limitações que na Aldeia Jutaí. O clima também é o mesmo, de forma que as queimadas de roças continuam precárias, com redução no aproveitamento da área aberta para o roçado; ficam partes da roça sem queimar, restam muitos tocos que brotam com rapidez e exigem tratos permanentes. Os Maku estão sempre roçando.



Área de roça — Boá-Boá (Aldeia Jeremias)

Localizada sobre Gleissolo em região de Floresta Ombrófila Aberta, tem suas roças localizadas de acordo com a posição dos igarapés. Encontra-se em área reduzida periodicamente alagada, com pequenas extensões de restinga, que são escolhidas para a localização das roças. O acesso no tempo das cheias é pelos igarapés, pois os caminhos a partir da aldeia por terra ficam alagados.

As mesmas dificuldades da Aldeia Jutai são encontradas na Aldeia Jeremias. A baixa fertilidade do Gleissolo e as características climáticas resultam em roças com baixa produtividade. São roças pequenas, com 1 ha, para plantio basicamente de mandioca.

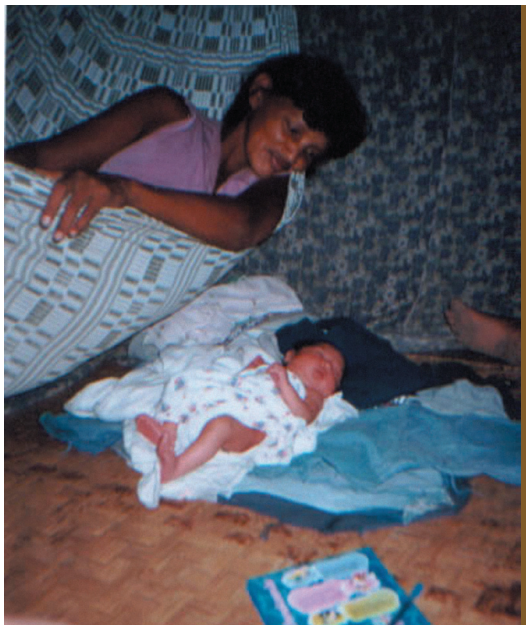
Área de roça fora do limite da Terra Indígena (Aldeia Jeremias)

Pelo fato de a Aldeia Jeremias estar situada em área de restinga e pelas restrições de espaço para a implantação de roças no seu entorno, o grupo desta aldeia optou por implantar roças do outro lado do Paraná do Boá-Boá, em frente da aldeia, mas fora dos limites da Terra Indígena. A outra margem do paraná é mais alta, podendo abrigar roças mais extensas e com acesso facilitado durante todo o ano.

Estado nutricional e segurança alimentar

Com relação à saúde em geral, a baixa resistência imunológica do grupo provocou a morte de muitos indivíduos pelo sarampo, inviabilizando a permanência do restante do grupo em uma aldeia chamada Lago Cumaru que atualmente encontra-se abandonada. Cerca de 5 habitantes foram morar no Lago Jutaí. Outra doença citada como de ocorrência no grupo em tempos pretéritos é a tuberculose.

A assistência à saúde é feita por um posto de saúde instalado na Aldeia Jutaí, contanto com enfermeira/o e assistentes, estes últimos indígenas (dois jovens, treinados pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA), que realizam exames das doenças mais freqüentes no local, mormente a malária, e as tratam, na maior parte dos casos, lá mesmo. Possuem ainda uma lancha (da FUNASA com motor de 40 hp), para transporte de doentes para a cidade de Japurá, para tratamento no hospital local. A prestação de serviços de saúde é administrada pela Prefeitura da Cidade de Maraã. O contrato de prestação de serviços de saúde, anteriormente da UNI-Tefé, foi transferido para a Prefeitura de Maraã em dezembro de 2004. Durante o trabalho de campo, soube-se que retornaria à UNI-Tefé em março de 2005.



Um rápido exame no livro de ocorrências do Posto de Saúde da Aldeia de Jutaí — que atende também os moradores da outra aldeia, que é recente e ainda não conta com um posto próprio — revela a virtual inexistência de doenças derivadas da subnutrição em ambas aldeias, um de cujos fatores concorrentes é certamente a disponibilidade de proteína de pescado durante todo o ano, devido à possibilidade de pesca tanto nos lagos quanto nos igarapés, no paraná mesmo e no próprio rio. Esta flexibilidade na obtenção de proteína animal — tanto devido à sua disponibilidade nestes vários locais quanto à sua aquisição de tecnologia não-índígena de pesca (anzóis, linha, etc) nas últimas décadas — é sem sombra de dúvida um dos fatores que contribuíram para a fixação dos Maku neste local e para seu estado de razoável segurança alimentar atual que, no entanto, é ameaçado pela falta ocasional de produtos alimentícios não-protéicos e pela pesca comercial, o mais das vezes predatória, por não-indígenas nos variados pesqueiros utilizados pelos Maku.

Etnoecologia do Grupo Maku: migração e a mudança de ambiente

As migrações recentes

A história dos deslocamentos espaciais das aldeias da Terra Indígena Paraná do Boá-Boá será brevemente apresentada a seguir. O Sr. Samuel, líder velho da Aldeia Jutaí, nasceu nas cabeceiras do Lago Maku, que correm em sentido oposto ao Igarapé do Jutaí (Powa-powa). A migração se deveu ao fato de seringueiros estarem, então, na bacia daquele rio, o que causou o afastamento dos Nadüb da região. O contato com os não-indígenas já havia ocorrido. O grupo que deixou o local era movido por um projeto de afastamento estratégico dos últimos. Estabeleceram-se inicialmente próximo à cabeceira do Powa-powa, movendo-se para o atual sítio da Aldeia Jutaí posteriormente. Por esta mesma época, um regatão entrou em contato com os mesmos, convencendo-os a explorar seringa, que passou a comprar. Ao que tudo indica (e segundo depoimentos de informantes mais velhos) esta relação com o regatão era muito mais benéfica para a autonomia dos Maku que aquela anterior, diretamente com seringueiros.

As relações com aqueles na Terra Indígena Uneiuxi já eram freqüentes neste tempo: havia, na época, um varadouro (um caminho) que saía da cabeceira do Lago Maku até Boa Vista, partindo daí para o Cumaru e para a localidade de São Pedro. Deste local, partia para a cabeceira do Jutaí.

São Pedro era um povoamento de seringueiros, localizado na boca do Cumaru com o Rio Japurá. Segundo informantes, ainda há seringueiros neste local. Na região do Cumaru morava a família do Sr. Ramiro, atual líder da Aldeia Jeremias. Boa Vista era a localização antiga da aldeia - na atual Terra Indígena Uneiuxi – cujos descendentes se encontram hoje na Aldeia do Roçado. Várias malocas existiam nesta região entre as duas aldeias, isto é, entre aquelas das atuais Terras Indígenas Paraná do Boá-Boá e Uneiuxi. A região era constantemente percorrida por caçadores de ambos locais, que nesta época caçavam muito mais que atualmente. O primeiro contato dos moradores da aldeia com seringueiros foi feito por um casal que fugiu da aldeia. Após isso, vários indígenas – entre eles, Samuel – cortaram seringa para os seringueiros de São Pedro, na desembocadura do Cumaru. A seringa era abundante na várzea, na região do Paraná do Boá-Boá, segundo o Sr. Samuel. No entanto, a mesma não existia na cabeceira do Jutaí. Percebe-se assim a relação constante de ambos os grupos Nadüb, desde tempos pretéritos.

O 'descimento' recente dos Maku no interior da Terra Indígena Paraná do Boá-Boá, ocorrido por volta da década de 1950, os coloca em uma situação de mudança também recente nos padrões culturais de ocupação do meio, que não são de todo estranhas aos Maku que, de alguma forma, já exploravam as 'aldeias ribeirinhas' dos 'índios do rio' e, por isso, adquiriram alguma expertise, segundo Pozzobon (1984, p. 69-70).

Por sua vez, há alguma evidência de uma mudança irreversível, de índios que ocupavam preferencialmente a terra firme para índios que ocupam a beira dos lagos e igarapés próximos ao grande rio.

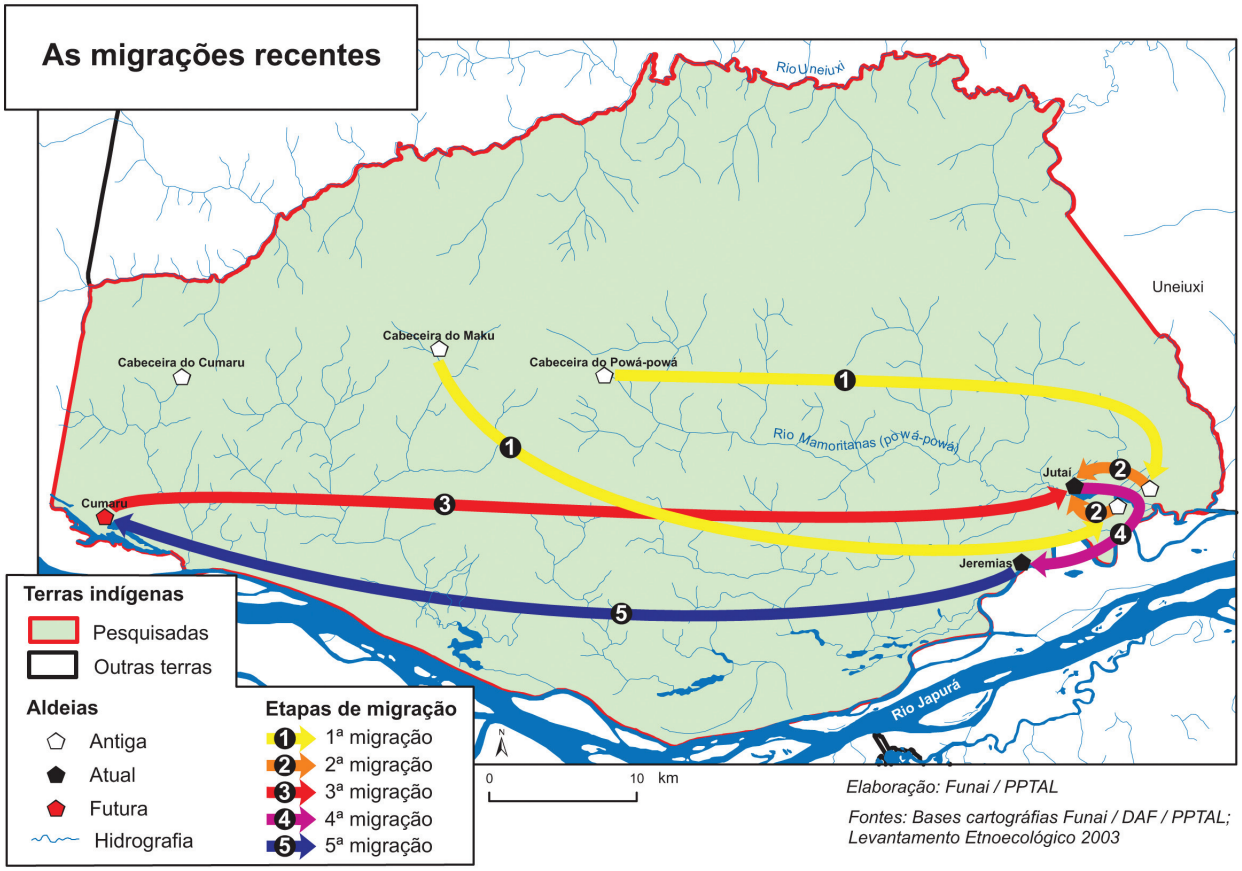
Há três ambientes de origem para o grupo Maku, atuais habitantes tanto da Aldeia Jeremias quanto da Jutaí, e que estão localizados no interior da própria Terra Indígena. Inicialmente, das cabeceiras do Igarapé Maku, em área próxima à ocorrência da campinarana, vem o grupo do Samuel. O outro grupo Maku, do 'Macaco', tem origem na cabeceira do Powa-Powa. O grupo do Ramiro, que permaneceu no Lago Cumaru até a década de 1970, ainda se lembra da areia branca encontrada na região de ocorrência da campinarana, portanto, também nas cabeceiras dos igarapés mais internalizados em relação ao Lago Cumaru, distantes do lago e do grande rio, o Japurá.

A primeira migração realizada pelo grupo que atualmente ocupa as duas aldeias, Jutaí e Jeremias, foi para o Lago Jutaí. O grupo do Macaco, na margem direita do lago, e o grupo do

Samuel, na margem esquerda do mesmo lago. Os missionários construiram sua primeira residência na margem direita do Lago Jutaí e se deslocaram junto com os dois grupos familiares mais para o interior, localizando-se no início da formação do lago, sítio atual da Aldeia Jutaí e, portanto, originada da segunda migração recente. Quando da chegada do grupo do Ramiro na Aldeia Jutaí, a terceira migração, por volta de 1970, vindo do Lago Cumaru, os dois grupos anteriores já estavam reunidos no sítio atual desta aldeia.

Apesar de a motivação inicial das migrações ter sido a relação com os seringueiros e a inserção dos Maku no comércio do produto da extração da seringa, com o tempo, a busca de maior proteção, aliada à influência missionária, levou as famílias dispersas do grupo Maku a se internalizarem um pouco mais e se reunirem na Aldeia Jutaí. No entanto, o retorno à mata não é mais possível com a mesma matriz cultural. O convívio com os regionais havia criado demandas por bens e serviços oferecidos pela sociedade moderna, incluídas as demandas por assistência à saúde, que não são mais deixadas pelo grupo e que só podem ser atendidas na proximidade do urbano e nas relações comerciais estabelecidas com os regionais.

Outro fator que contribui para a permanência do grupo nas proximidades do rio e evitou seu retorno e internalização na floresta foi a mudança gradativa da sua dieta alimentar da atividade principal de caça para pesca. Com o tempo, segundo relatos dos informantes, a caça próxima à



aldeia foi se tornando escassa, provavelmente pelo sobreuso em decorrência da permanência mais prolongada no local, e sua substituição pelo recurso abundante da pesca se mostrou atrativa. O acesso a novos métodos e equipamentos (os anzóis e linhas) consolida o uso diário do recurso pesqueiro na dieta alimentar em substituição à caça.

A caça ocorre com maior freqüência durante os trabalhos na roça, quando os grupos familiares Maku, acompanhados dos cachorros, aproveitam o aparecimento de pequenos roedores para acuá-los e então estes roedores são 'caçados'.

Uma quarta migração, cuja justificativa declarada foi a escassez de recursos no ambiente, aconteceu com o deslocamento do grupo do Ramiro para a atual Aldeia Jeremias. E uma quinta migração está se conformando com os preparativos de alguns dos habitantes das duas aldeias para a reocupação do Lago Cumaru, como estratégia de proteção da área.

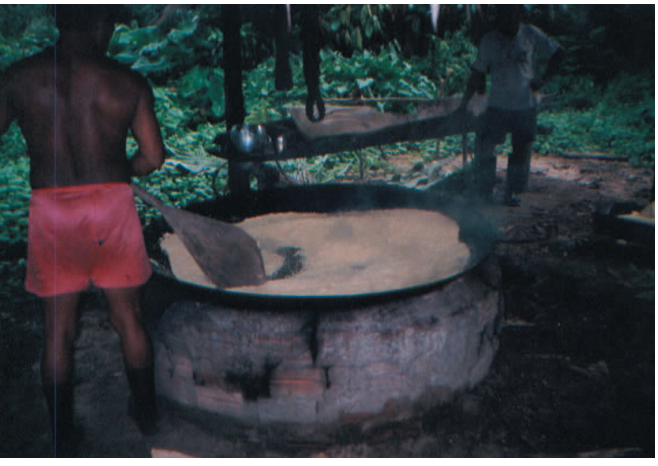
Assim, o que esteve presente nas migrações atuais não foi, necessariamente, a oferta ambiental de recursos. As motivações são iniciadas por estratégias de aproximação inevitável com os seringueiros, seguida de afastamento para proteção e de restrição das relações comerciais com um único regatão, sem, no entanto, alterar a característica cultural tradicional de permanente mobilidade, tanto dos grupos domésticos quanto de grupos regionais. A autonomia do grupo está sempre presente nas suas opções e, neste sentido, as motivações iniciais foram seguidas de um reconhecimento do meio para uma ocupação otimizada com o aproveitamento de uma grande variedade de recursos disponíveis. Como demonstram as zonas de uso, toda a terra está sendo ocupada de forma ou permanente e/ou temporária, com acampamentos em todos os lagos para o aproveitamento econômico de recursos. A mudança em relação à ocupação tradicional do grupo está neste 'descimento' e na localização das zonas atuais de ocupação temporária, bem como na forma de acessar as áreas e de conectá-las, mas se mantém a característica de deslocamentos dos grupos domésticos e dialetais. Os caminhos pela mata se encontram fechados e abandonados e são privilegiados os caminhos pelas águas. Os rios, e não mais a mata, constituem os meios mais usuais de deslocamento do grupo.

As águas, recurso abundante na região, passam a constituir as bases da conexão entre os ambientes da Terra Indígena e também a conexão com os regionais; e é das águas que provêm o suprimento de proteína animal em substituição ao fornecimento da floresta. A floresta passa a ser acessada pelos lagos e igarapés somente até onde seja facilitado o escoamento dos produtos dela retirados. As longas caminhadas pelo interior da mata são substituídas por longos percursos nas margens do rio, igarapés e lagos, utilizando as embarcações como meio principal de transporte com a finalidade de 'arrecadar' quantidades suficientes de produtos para a venda.

Dessa forma, há uma inter-relação complexa entre a cultura Maku com o ambiente 'natural'. Um ir e vir de escolhas ditadas por fatores culturais e econômicos e por fatores naturais. Pode-se enumerar algumas dessas articulações e também das pressões que os Maku podem estar exercendo sobre o meio 'natural':

1. A dispersão das espécies florestais determina uma grande mobilidade no interior da Terra, mas o fazem com a opção pelos rios e igarapés que também articulam as relações econômicas;

2. Fazem uso de uma grande diversidade de recursos econômicos, mas privilegiam o recurso mais abundante da Terra – o cipó-titica, que lhes proporciona recurso financeiro certo com a venda de vassouras;



3. Se aproximaram de forma irreversível do grande rio por motivações econômicas, mas realizam o aproveitamento otimizado dos recursos pesqueiros como meio de sustento, se apropriando de técnicas e equipamentos regionais;

4. À limitação dos solos para o cultivo se sobrepõe a ampliação das possibilidades de obtenção da farinha de mandioca com o trabalho temporário em roças de regionais;

5. A dependência de produtos industrializados está sendo atendida com recursos oriundos também das aposentadorias, a assistência governamental como 'recurso';

6. A ampliação da pesca comercial exercida pelos próprios Maku, ao mesmo tempo em que buscam apoios institucionais para limitar a pesca predatória dos regionais, pode reduzir a pressão sobre este recurso;

7. A reocupação do Lago Cumaru, como uma estratégia de proteção da área está aliada a uma ampliação das possibilidades de aproveitamento da Terra Indígena destinada ao grupo;

8. A ocupação temporária dos vários lagos nas áreas de uso e ocupação pelos grupos locais e familiares garante a manutenção da tradição de mobilidade do grupo;

9. A pressão exercida pela permanência por longo prazo em áreas ocupadas por roças, reutilizando em tempo curto as capoeiras, reduz ainda mais a já baixa produtividade das suas roças; e

10. A riqueza de ambientes proporcionada pelas características geomorfológicas da Terra, com a formação dos vários lagos, é completamente aproveitada pelo grupo que faz uso de sua característica de mobilidade para circular pelos diversos acampamentos temporários.

As formas de uso cotidiano do ambiente

Não há distinção entre áreas de uso do grupo da Aldeia Jutaí e o da Aldeia Jeremias. A transferência de membros do grupo para a Aldeia Jeremias é muito recente, os primeiros se estabeleceram há cerca de cinco anos, e sua origem é a Aldeia Jutaí. Daí decorre que ambos os grupos de localização utilizam, à exceção das áreas de roça e coleta próximas das aldeias, as mesmas áreas de uso e com as mesmas finalidades.

Por outro lado, as aldeias estão localizadas em ambientes que do ponto de vista da pesca podem ser considerados em oposição. Se no tempo da seca a pesca é facilitada nos lagos e igarapés, portanto na Aldeia Jutaí, no tempo das cheias é no paraná e no grande rio, portanto na Aldeia Jeremias, assim, os deslocamentos maiores para obtenção de recursos pesqueiros estão em oposição em relação às estações do ano para os grupos localizados em cada uma das aldeias.

O cotidiano na Aldeia Jutaí

A aldeia se estende por uma estreita faixa às margens do Igarapé Powa-Powa, também denominado Jutaí, logo no início da formação do lago que se estende por aproximados 10 km até o encontro com o Paraná do Boá-Boá. Em uma das extremidades fica a casa do líder, Sr. Samuel, que aproveitou antiga morada dos missionários da Novas Tribos do Brasil.

Cada família Maku possui sua área de roça próxima à aldeia e mantém, tanto na distribuição das casas quanto na distribuição das roças, proximidades locacionais relacionadas a parentesco tanto de ‘sangue’ quanto de ‘amizade’. A proximidade pode ser dada pelas relações entre

irmãos, mas também entre sogro e genro, sempre pelo lado masculino.

O dia na aldeia começa em torno de seis horas da manhã com um orquestrado choro infantil que logo é abafado pelo cuidado que as mães têm em colocar seus filhos ao peito para amamentar. Lentamente, começa a movimentação na aldeia. Os homens se preparam para a pescaria; as mulheres colocam vasilhames e roupas em baldes para descer e lavar tudo no igarapé; as crianças começam a se juntar para as brincadeiras do dia, as meninas mais velhas pegam seus irmãos de colo, já devidamente amamentados, nos braços. Se o dia é de ir até a roça, toda a família se prepara para a empreitada. Se o dia é de colher frutas, também. E assim por diante, isto é, há sempre uma atividade principal para o dia, que consiste em pescar, colher frutas, ir à roça ou pegar cipó (atividade masculina). Quando o dia é de ir à roça, o seguinte é sempre de fazer farinha.

Quando permanecem na aldeia, o peixe é pescado no lago ou no igarapé, sempre nas proximidades, e logo que obtida uma boa quantidade é trazido para casa para ser preparado o almoço, que pode acontecer desde as onze da manhã até por volta de quatro a cinco horas da tarde, a depender do resultado na pescaria. Enquanto os homens estão na pescaria, pode acontecer de as mulheres, após lavarem e pendurarem as roupas, capinarem e limparem o quintal ou colherem frutas que ficam por perto. Mas a pesca pode ser empreendida, também, pelas mulheres.

À tarde é hora de desfiar e preparar o cipó para a confecção das vassouras. Habitualmente, este é um trabalho feminino, mas alguns homens e jovens ajudam nesta preparação, cortando e organizando os feixes de cipó. Mais ao cair da tarde é hora do futebol. Todos os dias, uma partida de futebol acontece entre os homens e também entre as mulheres que, às vezes, formam times para jogar contra times de meninos menores.

No início do entardecer, depois do futebol, todos se banham e carregam água para a casa (tarefa realizada pela mulher e filhos maiores). Entre 18 e 19 horas uma nova refeição é preparada e servida pela mulher, com ajuda da filha. Todos comem e a mulher e filha mais velha varrem o local, juntam os utensílios que serão lavados no dia seguinte e ficam à espera da ligação do motor de luz que lhes permite assistir a televisão que é ligada no centro da aldeia, em frente ao Posto de Saúde. Também é tempo de continuar as conversas que

foram acontecendo durante todo o dia, uma hora se juntando aqui, ora ali, ora toda a família, ora as mulheres vizinhas, ora só os homens, até mais ou menos as nove horas, quando termina a novela da 'TV Globo' e todos se recolhem para dormir.

Outra forma de organizar as atividades é se preparar para temporadas mais longas, de uma a duas semanas, em locais mais distantes das aldeias, em um dos lagos ou no Igarapé da Joana no limite leste, coletando castanha ou realizando atividades em parceria com regionais.

Nota-se, em relação a esta aldeia, uma forte presença de indivíduos provenientes tanto da Aldeia do Roçado (na Terra Indígena Uneiuxi) quanto da Aldeia Kanamari.

O cotidiano na Aldeia Jeremias

A Aldeia Jeremias é bem pequena, localizada nas margens do Paraná do Boá-Boá no caminho entre a Aldeia Jutaí e a cidade de Limoeiro. O local foi completamente desmatado até as margens do Paraná, onde resta grande quantidade de paus e troncos caídos. São sete casas alinhadas de frente umas para as outras, onde residem 51 pessoas. Algumas casas, ainda em construção, têm seus donos habitando com familiares próximos, como é o caso do Manuel, que está instalado com sua família na casa do padrasto, o Sr. Ramiro. O primeiro a se instalar no local há cerca de cinco anos foi o Sr. Ramiro, oriundo da Aldeia Cumaru na extremidade oeste da Terra, mas que havia migrado para a Aldeia Jutaí por volta do ano 1970.

A rotina não é diferente daquela da Aldeia Jutaí. À exceção que aqui pescam mais para a venda e esta atividade, com as águas subindo, tem se intensificado no paraná em frente à aldeia. Grandes mantas de peixe são salgadas para serem vendidas na cidade de Japurá. O pescador se encarrega de preparar o produto para a venda. Aqui é menor a produção de vassouras e as roças ainda não estavam, em 2005, produzindo o suficiente para a farinha.

Também não há energia elétrica, nem escola, nem televisão, nem futebol. Todos se recolhem muito cedo e, sempre que podem, visitam seus parentes na Aldeia Jutaí.

A pesca cotidiana

A pesca tem sido a principal atividade atual do grupo para o suprimento diário de proteína animal. Além disso, a atividade tem sido muito procurada por pesqueiros de fora, vindos de Tefé ou até de Manaus, em busca do peixe abundante da região.

É difícil afirmar que a pesca tenha substituído as necessidades protéicas do grupo e que as quantidades consumidas sejam suficientes e adequadas. Perguntados sobre se a pesca tem sido pouca, muita ou suficiente, a resposta também é muito difícil. Há que pensar em como quantificar esta produção. Não o quanto de peixe que o homem traz para casa todos os dias, mas o tempo que ele leva para trazer algum peixe e o local onde se deu a pescaria. Variam, e muito, a abundância e as espécies que são pescadas em cada tempo do ano e em cada local pescado.

A abundância das espécies muda com o tempo das cheias do rio, lagos e igarapés. No tempo da seca, em que lagos e igarapés estão mais baixos, é possível pescar na 'porta de casa'. Já no tempo das cheias, os deslocamentos para o pessoal da Aldeia Jutaí são maiores, mas a primeira tentativa é sempre na 'porta de casa'. Se até certa hora não se obteve resultado, são mudadas a isca e o tipo de anzol. Antes de se deslocar, a tentativa se volta para alguma outra espécie, alterando a forma e técnica empreendida na pesca. Para os habitantes da Aldeia Jutaí, no tempo de cheia, o segundo lugar buscado para a pesca é o igapó, depois seguem para o lago e, se ainda assim não obtêm resultados, chegam até a boca do lago no Paraná do Boá-Boá. Com isso, a pescaria pode seguir até quatro ou cinco horas da tarde.

O resultado mais demorado, entretanto, pode ser de um único peixe de tamanho muitas

vezes maior. Sendo assim, falar em quantidades em termos absolutos é, no mínimo, improdutivo para a situação, diante da complexidade que é obter alimento diário no ecossistema desta terra indígena.

Já para os habitantes da Aldeia Jeremias, a pesca se dá sempre 'na porta de casa', no paraná ou no Igarapé Preto mais abaixo. O que varia é a espécie pescada a cada tempo.

As várias técnicas de pesca praticadas diferem por gênero, tanto para pesca de peixes como de quelônios. Em geral, os homens saem para pescar pela manhã, quando utilizam espinhel ou flecha, técnicas utilizadas durante o período de escassez de peixes (período de cheia do rio). Eles utilizam grilos e gafanhotos como iscas para o espinhel, que são coletados vivos pelas crianças no 'quintal' da aldeia e armazenados. Quando os homens estão na floresta exercendo outras atividades de extrativismo, os meninos maiores e as mulheres ficam responsáveis pela pesca e utilizam como técnica preferencial o caniço, com o mesmo tipo de isca. Em geral, as mulheres saem para pescar com seus filhos menores, inclusive os bebês.

No período de cheia (de maio a agosto), a técnica de pesca utilizada é o "fachio", que consiste em sair à noite (em geral, na "boca da noite", a partir das 19 horas), utilizando a focagem com lanterna e a captura com zagaia. Essa atividade pode ter duração de até oito horas, dependendo da quantidade de peixes desejada. É mais praticada pelos homens e pelos rapazes. Tratar o produto da pesca é tarefa quase que exclusivamente feminina e tanto as mulheres quanto as filhas menores (acima de oito anos) e jovens a executam. Esta tarefa consiste em limpar todo o pescado e salgá-lo para conserva. Quando a pesca é para a venda, a tarefa de limpar e salgar passa a ser do homem.

As técnicas e instrumentos mais habituais entre os Maku são:

Tabela 3: Técnicas e instrumentos de pesca

1	Caniço	Importante durante o período de seca, principalmente na captura de peixes pequenos. Normalmente com anzóis pequenos é muito utilizado pelas mulheres e crianças.
2	Linha de mão	Há dois tipos. A linha fina com anzóis pequenos para pequenos peixes e uma outra, especialmente usada pelos homens, que é uma linha comprida com um anzol médio e segura pelo pescador para pescar bagres no paraná.
3	Arpão	Aparelho bastante especializado para peixes maiores. Em outra regiões é muito utilizado para pegar pirarucu, mas na Terra Indígena não há ocorrência desta espécie.
4	Espinhel	Uma linha comprida com vários anzóis médios, sendo que as duas pontas estão amarradas na margem.
5	Currico	Linha de mão com uma ponta metálica no anzol (colher ou um artefato em formato de peixe que é comprado na cidade). O brilho metálico atrai o peixe enquanto o barco se movimenta.
6	Flecha/flechão	Uma vara oca com um arpão ou tridente na ponta, lançado por um arco ou mesmo pela mão.
7	Zagaia	Uma vara com um tridente na ponta, utilizada para as pescarias noturnas e com lanterna.
8	Malhadeira	Amplamente utilizada em locais sem correnteza.

A captura de bicho-de-casco é uma atividade exclusivamente masculina. Porém, a coleta de ovos é desempenhada tanto pelas mulheres quanto pelas crianças, principalmente no período de seca (de dezembro a janeiro). Preparar o bicho-de-casco é tarefa masculina, embora alguns pratos sejam preparados pelas mulheres. Os homens são responsáveis por prepará-lo assado ou cozido. O preparo dos currais, que são pequenas áreas onde os bichos-de-casco ficam guardados como reservas, é uma atividade exclusiva dos homens.

A pesca comercial

Praticada diretamente pelo grupo habitante da Aldeia Jeremias que, mais próximos da cidade de Limoeiro, tem sido procurado com maior freqüência por comerciantes desta localidade para a execução da tarefa que é 'financiada' por estes mesmos comerciantes. Normalmente, os comerciantes antecipam o combustível para o motor rabeta e fornecem pilhas para as lanternas. A pesca se dá com a técnica de 'fachio'.

Uma única saída pode render vários quilos de peixe que é transportado e vendido pelo comerciante que financiou a pescaria. A pesca é realizada em grupo, que divide, igualmente, o resultado da empreitada. Com a venda, o comerciante retorna até a área para entregar os produtos encomendados, o que significa que raramente o resultado da pesca comercial é em dinheiro, mas ainda que calculado pelo valor da venda, é constituído, ao final das contas, na base da troca por produtos. Não há, de fato, mudanças na forma comercial empreendida com os regionais desde os tempos da exploração da seringa. São mantidas as formas de exploração que reforçam desigualdades de poder econômico, locais e regionais. Aquele que comercializa com os índios é também explorado pelo comerciante que tem capacidade de colocar o pescado em mercados mais distantes.

Considerando que o equilíbrio entre a exploração dos recursos pesqueiros do rio, dos igarapés e do lago é essencial para a segurança alimentar dos Maku daquela terra indígena, a exploração indiscriminada, de caráter comercial de uma das mais atraentes espécies de peixe do local, sem sequer retorno financeiro para os indígenas, coloca em risco seu bem-estar. Isso, além de ser manifestamente ilegal.

Há ainda queixas freqüentes entre os indígenas de invasões de pescadores na outra extremidade da Terra Indígena. Foi constatada a presença de pescadores nas praias da margem do Rio Japurá no interior da Terra Indígena. Da mesma forma, queixam-se os indígenas da pesca com arrastão no rio, que seria para a obtenção do peixe sulamba.

Outra queixa freqüente dos Maku refere-se ao fato de o Paraná do Boá-Boá ter ficado de fora da demarcação. A pesca no local, segundo os indígenas, é intensa por parte de moradores do município (Japurá). Esses pescam, especialmente, peixes de couro (principalmente o surubim ou pintado). O limite da Terra Indígena foi determinado como sendo à margem do rio do lado da Terra Indígena. Assim, a pesca por não-índios no local não pode ser interditada. Acontece que o delicado equilíbrio da pesca no local – que permitiu aos Maku se transformarem em um povo pescador, reduzindo as práticas de caça – passa pela pesca no próprio paraná que, alternada com a pesca em outras áreas (igarapés, lagos), fornece aos Maku peixe ao longo de todo o ano. Assim, a escassez de peixe no paraná ameaça a segurança alimentar dos indígenas, ao comprometer o *input* protéico dos mesmos.

O cipó-titica

É um produto do inverno. Em geral os homens vão para o interior da mata (local dos acampamentos na floresta), onde permanecem todo o dia. Podem ir sozinhos ou em parceria com parentes próximos. Ao final do dia, quando chegam carregados com o cipó, imediatamente é iniciado o seu beneficiamento, que cabe às mulheres e crianças. O descasque é feito com as mãos ou com facas. Uma vez descascados, os cipós são cortados no tamanho de cerca de 40 a 50 cm. O beneficiamento, que é o processo de desfiar o cipó, é feito por mulheres, homens e os filhos maiores, o que pode ser realizado à noite.

Do cipó são confeccionados alguns utensílios, como paneiros (cestos grandes utilizados para carregar mandioca da roça, ouriços de castanha, etc.), além de vassouras e balaios. Os paneiros são confeccionados pelos homens, as vassouras e balaios pelas mulheres, porém alguns homens também fazem esses utensílios domésticos. A comercialização do cipó 'in natura', para ser usado como matéria-prima, também é realizada, além da venda dos produtos confeccionados, especialmente as vassouras, pelos homens, em geral na cidade de Limoeiro.

Quando da permanência nos locais temporários, principalmente nos lagos, o cipó-titica constitui também objeto de exploração. As vassouras são confeccionadas no próprio local e vendidas no caminho de volta para casa (aldeia permanente).

A castanha-do-brasil

A castanha também é um produto do inverno. Da coleta dos ouriços participa toda a família, que pode se deslocar para outras áreas da Terra Indígena, de maior ocorrência da castanha, e construir pequenos abrigos. Entrar na mata e coletar ouriços é tarefa dos homens, que utilizam os paneiros para carregar os frutos. A quebra dos ouriços é feita com terçado (facão) e dela participam as mulheres e os filhos maiores. As castanhas retiradas dos ouriços não passam por nenhum processo de beneficiamento e são ensacadas e comercializadas pelos homens.

Normalmente, cada família se encarrega de vender o resultado da sua própria coleta que é medido em caixas de 20 litros. Além de venderem na cidade de Limoeiro, há um regatão que vem buscar o produto na aldeia, Sr. João Martins. O resultado total da coleta em um ano, no entanto, não ultrapassa 50 caixas.

A coleta de frutos

Atividade cotidiana dos Maku, é intensa no início do inverno, que coincide com a frutificação de várias espécies, como o açaí, a bacaba, o cupuaçu, o taperebá, a pupunha, entre outras. As famílias saem cedo de canoa para uma das áreas de coleta, nas margens dos lagos e igarapés, e ali ficam até 1 a 2 horas da tarde, voltando com paneiros cheios da fruta que é processada pelas filhas mais velhas e pela mulher.

O fruto é cozido, depois amassado para a retirada da casca, peneirado e misturado a um pouco de água, tornando-se um suco grosso. Deixado em descanso, logo começa a fermentar e se transforma no vinho de bacaba.

A bebida começa a ser distribuída entre todos os membros do grupo e a festa tem início com o líder puxando a cantoria no centro do pátio. Um canto baixo e ininteligível que os outros seguem batendo forte com pedaços de taboca grossa no chão. Logo se forma um raio de homens que gira, dançando e tocando a taboca ao chão, que resulta em um som forte e grave. Os passos e o ritmo vão acelerando e, então, as mulheres entram no raio que gira e que é formado, inicialmente, só pelos homens. Cada uma se apóia no ombro de um deles e o raio gira cada vez mais rápido, até se desmanchar, quando vai cada qual para um lado. Logo tudo se reinicia e um novo raio é formado, com oito a doze participantes que se revezam.

Esta dança é uma versão 'simplificada' do Jurupari, mito comum entre os povos indígenas do Rio Negro (os 'índios de rio'). Segundo Ana Gita de Oliveira (1995, p. 79):

> "Enquanto rito e mito, é paradigmático de outros ritos e mitos que dele derivam, compondo um corpo cosmológico recorrente entre as populações indígenas das terras baixas da Amazônia. Como código normativo e de valores orienta os espaços e ritmos sociais através dos quais homens e mulheres devem circular, determinando as expectativas psicológicas entre ambos os sexos. Sua realização coincide com a mudança de estação (chuva e seca) e com o surgimento de certos frutos na floresta, a bacaba por exemplo. Assim como entre os povos de língua Tukano e Aruak, os Maku também realizam o Jurupari, seguindo as mesmas regras de outros povos."

A zarabatana

Estimulados pelos missionários que estiveram na área, a zarabatana foi durante algum tempo um produto importante confeccionado para a venda como artesanato. O resultado da venda do produto proporcionou aos Maku o acesso a bens de consumo, como fogões e televisão.

A haste da zarabatana é confeccionada de paxiúba madura amolecida em água para a retirada da parte interna, ficando um oco. Uma das extremidades, na qual se sopra, é embebida com resina de breu que forma um orifício menor. A flecha é confeccionada dos filhotes do patauá com uma pluma em uma das extremidades, feita de uma espécie de algodão muito fino e leve, chamada de ***xô:u***. O dardo é embebido em veneno vegetal da metade de seu comprimento em diante. Uma incisão no mesmo, à volta da haste, separando a parte envenenada da anterior, faz com que este se quebre quando penetra no animal, evitando assim que alguns animais (em especial os macacos) possam retirar a ponta envenenada e, desse modo, escapar dos efeitos letais do veneno.

A construção de embarcações

O novo ambiente proporciona aos Maku as possibilidades de desenvolverem técnicas de construção de embarcações. Elas são construídas, principalmente, de anoirá, bacatirama, miratoá (Apuleia molaris), que podem ser encontradas na Floresta Ombrófila Aberta bem próximo dos cursos de água, isto facilita o seu translado quando a canoa está pronta, já que é trabalhada no local onde a árvore foi derrubada.

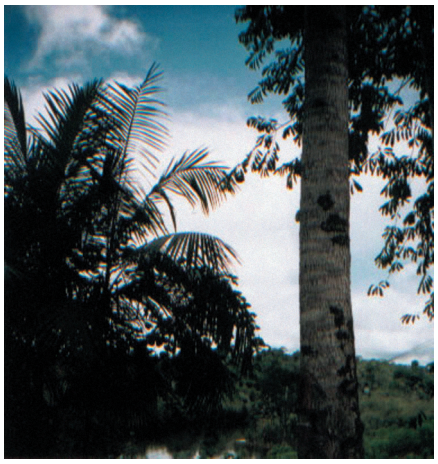
Conclusões: de caçadores a pescadores

A razão principal do trabalho desenvolvido foi identificar e avaliar o funcionamento atual do sistema homem/ambiente na Terra Indígena Paraná do Boá-Boá e as possibilidades e conseqüências desta interação. Foi possível detectar alterações significativas no modo tradicional de ocupação, bem como perceber que elementos dessa mesma tradição se mantêm, especialmente na mobilidade do grupo.

É certo que as pressões da ocupação capitalista e seus impactos sobre a floresta e seus recursos já estão sendo sentidos nesta terra. O que torna essa pressão grave e de tratamento urgente é que está centrada sobre o principal recurso de subsistência do grupo, o recurso pesqueiro. Como foi possível perceber, a transformação principal do modo tradicional dos Maku foi a de incorporar com tamanha dimensão a pesca no suprimento de proteína diária, com a redução da caça, que transforma, assim, este recurso como essencial em qualquer discussão sobre o futuro dos Maku e da proteção de suas terras e recursos.

Por outro lado, o papel da pesquisa em ecologia humana está em dar atenção ao que o homem percebe do meio como forma de tomar decisões sobre a proteção desse meio. Segundo Morán:

"*uma perspectiva ecológica humana se inicia pela observação de como o homem interage com o meio ambiente, tentando compreender como é percebido (pela aplicação da etnoecologia e outros métodos), como ocorre a interação entre o ambiente físico e social, quais os resultados das suas decisões e como modifica seu comportamento* ***para melhorar a natureza dessa interação no futuro***" (grifo nosso) (Morán, 1990, p. 300). Dessa forma, a principal atenção está sobre a percepção que os Maku estão tendo sobre sua relação atual com o meio.



A demanda por novas sementes para plantio nas roças, o esforço em controlar o acesso de pescadores comerciais nos lagos e igarapés da Terra Indígena, a observação de que os recursos da caça estão mais distantes e escassos, devem ser critérios de intervenção naquele ambiente, no sentido de dar a proteção também requerida pelo grupo.

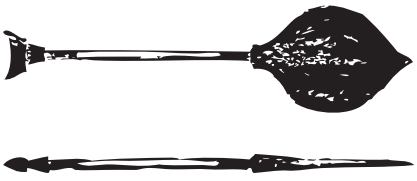
Outro fator a considerar é que, apesar da distância relativa dos mercados consumidores de pescado, é cada vez maior a ocorrência de pescadores de centros distantes aportando nos lagos e igarapés da Terra Indígena. Isto pode decorrer, entre outros fatores, do controle exercido sobre o recurso pesqueiro na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá, localizada, em grande extensão, na embocadura do Rio Japurá no Rio Solimões. Os estudos desenvolvidos nessa Reserva e os planos de manejo em execução podem ser elementos importantes na discussão dos recursos pesqueiros da Terra Indígena. Recurso abundante, manifestadamente de interesse do grupo também no seu aspecto comercial, deve ser considerado no futuro desenvolvimento de atividades que gerem recursos financeiros já demandados pelo gupo.

O aspecto mais urgente a ser tratado é o da sobrepesca. Essa sobrepesca é dificilmente percebida pela grande variedade de espécies comerciais. Uma vez reduzida determinada espécie, outras estão disponíveis e os pescadores comerciais sempre encontram maneiras de continuar sua atividade. No entanto, a longo prazo haveria exaustão do recurso, primeiro pelas espécies de maior porte, seguido das de porte mediano, restando as pequenas. Mas o que está em questão quando o recurso pesqueiro está submetido a pressões não é somente a

sobrevivência de uma determinada atividade econômica, mas a da vida digna dos habitantes das florestas. O manejo dos recursos pesqueiros necessariamente terá que levar em conta uma complexa relação entre conservação, produção natural, organização social e desenvolvimento econômico, pois "a*s ações de manejo devem ser tão variadas quanto flexíveis, o suficiente para adequarem-se a uma diversidade ainda longe de ser razoavelmente conhecida.*" (Queiroz, 1999, p. 179).

A questão posta não é de simples exclusão do pescador comercial e sua substituição pela pesca comercial indígena. Muitos fatores, especialmente de mercado, têm que ser levados em conta. Para quem vender o que for produzido? Como fazer circular uma mercadoria perecível em tempo hábil? O conhecimento sobre o recurso pesqueiro na Amazônia está longe de esgotar as possibilidades e de reconhecer todas as espécies disponíveis. No entanto, este é, sem dúvida, o grande potencial de exploração comercial na Terra Indígena Paraná do Boá-Boá.

Além dessa demanda, a resposta tradicional aos recursos limitantes dos solos, optando por uma agricultura incipiente, está sendo questionada pelo grupo. Novas experiências estão sendo pensadas, bem como outros ambientes, além da terra firme, não destinados tradicionalmente às roças, como é o caso das várzeas do Japurá, estão agora sob a análise do grupo. Solicitam sementes de novos produtos como melancia, 'feijão-de-praia', olho de cana, banana-comprida, arroz e milho. Diversificar os produtos da roça pode estar refletindo outras transformações no campo social, em especial das relações com os regionais. Maior autonomia na obtenção da subsistência, bem como uma maior produtividade com a inclusão de maior diversidade de recursos, são questões postas pelo grupo.



Referências Bibliográficas

ATHIAS, Renato. Medicina tradicional e doenças contagiosas entre os Hupdë-Maku do Rio Negro (Amazonas). In: JEOLÁS, Leila Solberger; OLIVEIRA, Marlene de (Orgs.). *Anais do seminário sobre cultura, saúde e doença*. Londrina: Gráfica e Editora Midiograf, 2003. p. 9-20.

AYRES, Sandra. Viagem de supervisão a terras indígenas demarcadas pelo PPTAL: um relato. In: Kasburg, Carola; Gramkow, M. (Orgs.). *Demarcanado terras indígenas: experiências e desafios de uma parceria*. Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ, 1999. 167-193.

BARTHEM, R.B. Componente biota aquática. In: CAPOBIANCO, J. P. R. et. al. (Orgs.). *Biodiversidade na Amazônia brasileira*: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p. 60-78.

BIOCCA, Ettore. *Viaggio tra gli Indi.* Roma: Consiglio Nazionale delle Ricerche. 1996. v.1.

BORRERO, J. I. *Mamíferos neotropicales*. Bogotá: Universidad Del Valle, 1967.

CAPOBIANCO, J. P. R. *Biodiversidade na Amazônia brasileira:* avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CASTRO, Eduardo Batalha Viveiros de. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *MANA - Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. *Projeto RADAMBRASIL - Folha SA.19 - Içá:* geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro: 1977. 452 p.

DESCOLA, P. 1998. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. *Mana: Estudos de Antropologia Social*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 23-45, abr., 1998.

DREW, D. *Processos interativos homem-meio ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1986.

EMPERAIRE, L. Elementos de discussão sobre a conservação da agrobiodiversidade: o exemplo da mandioca (***Manihot esculenta*** Crantz) na Amazônia Brasileira. In: CAPOBIANCO, J. P. R. *Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p. 225-234.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. *Processo nº 2403/90* - Identificação/delimitação da Área Indígena Paraná do Boa-Boá. Brasília: FUNAI, 1990.

_____. *Processo nº 0922/92* - Expedição de portaria declaratória da área Indígena Paraná do Boa-Boá. Brasília: FUNAI, 1992.

_____. *Processo nº 0529/97* - Demarcação da Terra Indígena Paraná do Boa-Boá. Brasília: FUNAI, 1997.

_____. *Processo nº 2137/97* - Homologação da demarcação da Terra Indígena Paraná do Boa-Boá. Brasília: FUNAI, 1997.

GROSS, Daniel. Protein capture and development in the Amazon basin. *American Antropologist*, v. 77, n. 3, p. 526-549, 1975.

GUERRA, A. T. *Dicionário geológico-geomorfológico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

HUGH-JONES, S. *The palm and the plêiades: initiation and cosmology in northwest* Amazonia. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Manual técnico da vegetação brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. (Série: Manuais Técnicos, nº. 1).

LUZ, Pedro Fernandes Leite da. *Estudo comparativo dos complexos ritual e simbólico associados ao uso da Banisteriopsis Caapi e espécies congêneres em tribos de língua Pano Arawak, Tukano e Macu do Noroeste Amazônico*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1996. (Dissertação de Mestrado).

MORÁN, Emílio F. *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis: Vozes. 1990.

MÜNZEL, Mark. Notas Preliminares sobre os Kabori (Maku entre o Rio Negro e o Japurá). *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 17/20, p. 137-181, 1969-1972.

OLIVEIRA, Ana Gita. 1981. *Índios e brancos no Alto Rio Negro:* um estudo da situação de contato dos Tariana. Brasília: UnB, 1981. (Dissertação de Mestrado).

_____. *O mundo transformado:* um estudo de "culturas de fronteira" no Alto Rio Negro. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1995. 230 p. (Coleção Eduardo Galvão).

OVERAL, W. L. O peso dos invertebrados na balança de conservação biológica da Amazônia. In: CAPOBIANCO, J. P. R. *Biodiversidade na Amazônia brasileira:* avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p. 50-59.

PAULA, J. L. 1990. *Relatório de delimitação da Área Indígena Paraná do Boa-Boá.* In: *Processo nº. 2403/90.* Brasília: FUNAI, 1990. p. 10-51.

PETERSON, N. E.; PINE, R. H. Chave para identificação de mamíferos da região amazônica brasileira com exceção dos quirópteros e primatas. *Acta Amazônica*. Manaus, v. 12, n. 2, p. 465-482, jun., 1982.

POZZOBON, Jorge A. H. *Isolamento e endogamia:* observação sobre a organização social dos índios Maku. Porto Alegre: UFRGS, 1984. (Dissertação de Mestrado).

_____. Os Maku: esquecidos e discriminados. In: RICARDO, Carlos Alberto (Ed.). *Povos Indígenas no Brasil*: 1987/88/89/90. São Paulo: CEDI, 1991. p. 141-142. (Aconteceu Especial, 18).

QUEIROZ, Helder L.; CRAMPTON, William G. R. Estratégias para manejo de recursos pesqueiros em Mamirauá. Brasília: Sociedade Civil Mamirauá; CNPq, 1999.

RAMOS, Alcida Rita; SILVERWOOD-COPE, Peter; OLIVEIRA, Ana Gita de. Patrões e clientes: relações intertribais no Alto Rio Negro. In: RAMOS, Alcida Rita. (Ed.). ***Hierarquia e Simbiose:*** relações intertribais no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1980, p. 132-182.

SANTOS, Breno A. *Amazônia*: potencial mineral e perspectivas de desenvolvimento. São Paulo: EDUSP, 1981. 256 p.

SCHULTZ, H.; Ligeiras notas sobre os Maku do Paraná do Boa-Boá. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, n. 11, p. 109-132, 1959.

SILVA, M.; Rylands, A.; Patton, J. Biogeografia e conservação da Mastofauna na floresta amazônica brasileira. In: CAPOBIANCO, J. P. R. *Biodiversidade na Amazônia Brasileira:* avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p. 110-131.

SILVA FILHO, A. A. *The ethnopharmacology of the Nadeb-Macu people*. S. 1.: [s. n.],1998. (Projeto de Pesquisa).

SIOLI, H. *Amazônia*: fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais. Petrópolis: Vozes, 1990.

SILVERWOOD-COPE, Peter L. *Os Maku:* povo caçador do noroeste da Amazônia. Brasília: UnB, 1990. 205 p. (Coleção Pensamento Antropológico).

VOGT, R.; MOREIRA, C.; DUARTE, A. Biodiversidade de répteis do bioma floresta amazônica e ações prioritárias para a sua conservação. In: CAPOBIANCO, J. P. R. *Biodiversidade na Amazônia brasileira:* avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p. 89-96.

WEIR, E. *Projeto Nadëb*. 1986. Mimeo.

WILSON, D. E. et al. *Measuring and monitoring biological diversity standart methods for mammals.* Washington: Smithsonian Institution Press, 1996.

YU-FU, Tuan. *Espaço e lugar*. São Paulo: DIFEL, 1983.

Siglas

AM	Estado do Amazonas - Brasil
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PPTAL	Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal
RADAMBRASIL	Projeto Radar da Amazônia - Brasil
SPI	Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)
TI	Terra(s) Indígena(s)
UNI-Tefé	União das Nações Indígenas de Tefé - Amazonas